

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA COM PRÉ-ESCOLAR E CRECHE
DO
PORTO MONIZ

PROJETO
EDUCATIVO
2018-2022

Beco do Pavilhão – 9270 - 040 Porto Moniz

Telefone - 291850100

Fax – 291 850108

E-mail: ebspmoniz@edu.madeira-gov.pt

Página na Internet: <http://escolas.madeira-edu.pt/ebspmoniz>

Índice:

I - INTRODUÇÃO.....	7
1.1- Enquadramento.....	7
1.2- Elaboração do Projeto Educativo.....	7
II – CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E DO CONTEXTO EDUCATIVO ...	8
1 - Origem da Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz.....	8
2 – Enquadramento Geográfico e Socioeconómico da Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz.	8
III – VALÊNCIAS DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA COM PRÉ-ESCOLAR E CRECHE DO PORTO MONIZ.....	11
1- Responsabilidade Social da Escola Básica e Secundária Com Pré-Escola e Creche do Porto Moniz / Perfil dos Alunos À Saída da Escolaridade Obrigatória.	11
1.1- Síntese do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.	14
1.2- Objetivo Aglutinador - melhorar as competências turísticas do município do Porto Moniz.	15
2- A Oferta Curricular.....	16
2.1- Ensino Regular.....	16
2.2- Educação Especial.	17
2.3- Objetivo aglutinador: promover uma educação inclusiva de acordo com as apetências educativas e formativas de cada aluno.	18
3- Os atores da educação escolar e do processo formativo dos alunos.....	19
3.1- Os alunos.	19
3.1.1- Instrumentos/estratégias de promoção do sucesso escolar dos alunos.	21
3.1.2- Objetivo aglutinador: melhorar o sucesso educativo a todos os alunos.	25
3.2- Os pais e encarregados de educação.	27
3.3- Os docentes.	29
3.4- O Pessoal Não Docente.	31
4- Órgão de Gestão e Administração Escolar.	32
4.1- A Direção.....	32
4.2- Órgãos de Gestão Intermédia.....	34
IV – TABELA COM OS OBJETIVOS / METAS / INDICADORES / MEIO DE VERIFICAÇÃO, PARA O QUADRIÊNIO 2018/2022.....	36
1. Melhorar as competências turísticas do município de Porto Moniz.	36
1.1- Melhorar o Conhecimento e compreensão das questões ambientais com maiores impactes no município do Porto Moniz.	36
1.1.1- Conhecer melhor o ecossistema Floresta Laurissilva.	36
1.1.2- Conhecer melhor as fragilidades de sustentabilidade ambiental nos ecossistemas terrestres e marinhos do concelho de Porto Moniz.	36
1.2- Compreender a importância da agricultura na qualidade do turismo do Porto Moniz.....	36
1.2.1- Perceber o papel da agricultura na qualidade da gastronomia do Porto Moniz.....	36
1.2.2- Compreender a importância na agricultura na manutenção da paisagem que caracteriza o município do Porto Moniz.	36
1.3- Aprofundar o conhecimento e compreensão das potencialidades turísticas do município de Porto Moniz e promover o empreendedorismo nos alunos.....	36
1.3.1- Identificar e conhecer os aspetos naturais e humanizados que constituem mais-valias para a identidade do destino Porto Moniz.....	36
1.3.2- Identificar e debater nichos de mercado com maiores potencialidades para a afirmação da identidade do destino Porto Moniz: Biogeografia do ecossistema Laurissilva; Passeios a pé no âmbito da Floresta Laurissilva; Canyoning; Observação de Aves; Ultra-Trail; BTT; Pesca Desportiva; Passeios de mar ao longo da costa; Mergulho; Surf; Turismo de habitação; Agroturismo; Arraiais religiosos; Gastronomia, Geologia / acidentes geológicos.	36
1.3.3- Compreender a implementação dos nichos de mercado identificados como oportunidades de negócio e emprego.....	36

1.3.4- Identificar e debater estratégias a seguir no desenvolvimento do turismo no município de Porto Moniz:	36
. Enquadrado no todo Região Autónoma da Madeira?	36
. No âmbito da “Costa da Laurissilva”?	36
1.4- Melhorar o acolhimento dos turistas no município de Porto Moniz.	37
1.4.1- Sensibilizar os alunos para a forma de como as pessoas se relacionam com os turistas constituir um dos fatores que melhor influencia a qualidade turística de um local.	37
1.4.2- Sensibilizar a Secretaria Regional de Educação para, no quadro da autonomia das escolas, criar-se uma disciplina não curricular que trate a temática do turismo na Região Autónoma da Madeira e do concelho de Porto Moniz em particular.	37
2. Promover uma educação inclusiva de acordo com as apetências educativas e formativas de cada aluno.....	37
2.1- Garantir a oferta curricular do ensino secundária nas áreas das “ciências” e das “línguas” visto serem aquelas que, embora não específicas, darão melhor formação base às exigências que se colocam a este município, não descurando a possibilidade/ oportunidade da oferta do Curso Científico Humanístico de Ciências Socioeconómicas.....	37
2.1.1- Abertura do Curso Científico Humanístico de Ciências e Tecnologias.	37
2.1.2- Abertura do Curso Científico Humanístico de Línguas e Humanidades.....	37
2.1.3- Equacionar a oportunidade da oferta do Curso Científico Humanístico de Ciências Socioeconómicas.....	37
2.2- Promover o cumprimento dos programas curriculares.....	37
2.2.1- Cumprir a planificação estabelecida em cada período letivo, por forma a não agravar a sobrecarga do final do ano letivo.	37
2.2.2- Garantir que as atividades não curriculares não ocorram em detrimento das curriculares.	37
2.3- Melhorar a objetividade na identificação dos alunos alvo do ensino especial.	37
2.3.1- Os relatórios da técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, relativos à identificação dos alunos alvo da educação especial têm de expressar se o aluno deverá ser, ou não, alvo de educação especial.	37
2.3.2- Os relatórios da técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, relativos aos alunos identificados para serem alvo da educação especial, têm de expressar se o aluno deverá ser, ou não, implementação das medidas adicionais previstas no artigo 10.º do Decreto Legislativo 54/2018.	37
2.4- Melhorar a adequação dos programas educativos individuais.	38
2.4.1-Promover a inclusão social e independência dos alunos, de acordo com as potencialidades e apetência de cada um.....	38
3. melhorar o sucesso educativo a todos os alunos.	38
3.1- Promover a motivação e o empreendedorismo nos alunos.....	38
3.1.1- Contextualizar, sempre que possível, os conteúdos curriculares.....	38
3.1.2- Oferecer “experiências profissionais” aos alunos.....	38
3.1.3- Apoiar os “alunos caso” com recurso à técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional.	38
3.1.4- Oferecer atividades extracurriculares promotoras da motivação dos alunos para com os interesses escolares.	38
3.2- Garantir ambientes favoráveis ao desenvolvimento da atividade pedagógica.	38
3.2.1- Estabelecer no início do ano letivo regras de funcionamento da disciplina.	38
3.2.2- Fazer cumprir escrupulosamente as regras estabelecidas, numa perspetiva de que, tudo o que põe em causa o ambiente favorável ao bom desenvolvimento das aprendizagens é, em termos pedagógico e do sucesso educativo, indisciplina.	38
3.3- Promover o sucesso educativo dos alunos, enquanto universo heterogéneo e multifacetado.....	38
3.3.1- Construir os Planos de Acompanhamento Pedagógico aos alunos sinalizados como em risco de retenção desde a avaliação intercalar do 1.º período, de forma objetiva, observando as	

dificuldades demonstradas, os recursos disponíveis e responsabilizando os pais e alunos nesse processo.....	38
3.3.2- Reservar o apoio pedagógico acrescido aos alunos que denotam dificuldades ou ritmos mais lentos de aprendizagem.	38
3.3.3- Constituir as turmas de acordo com os ritmos de aprendizagem dos alunos.....	38
3.4- Melhorar o empenho e desempenho dos alunos na prossecução do sucesso educativo.....	39
3.4.1- Manter na avaliação não formal itens que promovam nos alunos a assiduidade e pontualidade, a feitura dos trabalhos de casa e serem portadores do material escolar.	39
3.4.2- Agendar os momentos da aplicação dos instrumentos de avaliação ao longo dos períodos, intervalados com pelo menos um dia.	39
3.4.3- Agendar regularmente trabalhos/tarefas “para casa” que permitam a aplicação e consolidação da matéria dada.	39
3.4.4- Agendar no horário dos alunos “salas de estudo”.	39
3.4.5- Distinguir os alunos com melhor desempenho, através da atribuição de prémios de mérito e da criação de um quadro de honra da Escola.....	39
3.5- Promover a orientação escolar dos alunos.....	39
3.5.1- Realizar sessões de orientação escolar com todos os alunos do Pré-Escolar, 4.º e 9.º anos de escolaridade.....	39
3.5.2- Realizar sessões de orientação escolar aos alunos do 10.º ao 12.º ano de escolaridades.....	39
3.6- Estimular a participação dos alunos na gestão da Escola.	39
3.6.1- Realizar a eleição dos alunos Delegados e Subdelegados de Turma.....	39
3.6.2- Promover a eleição dos representantes dos alunos ao Conselho da Comunidade Educativa.....	39
3.6.3- Realizar, por período letivo, uma reunião entre os Representantes dos Alunos e a Direção da Escola.....	39
3.7- Dotar os pais e encarregados de educação com recursos/meios de acompanhamento da vida escolar, assim como de estratégias de operacionalização dos mesmos.	39
3.7.1- Fornecer aos pais e encarregados de educação o mapa de agendamento dos momentos de avaliação (fichas e outros) e elucidá-los sobre a operacionalização e valências deste documento.....	39
3.7.2- Exigir aos encarregados de educação a assinatura dos instrumentos de avaliação após a sua correção e avaliação (fichas e outros).....	39
3.8- Melhorar a comunicação entre os encarregados de educação e a Escola.....	40
3.8.1- Remeter ao encarregado de educação, via caderneta do aluno, toda a informação relevante.	40
3.8.2- Contactar o encarregado de educação via telefone aquando de situações mais emergentes.	40
3.8.3- Valorizar a vinda dos encarregados de educação ao atendimento com Diretor de Turma / Professor Titular, nomeadamente ao nível da qualidade e quantidade de informações prestadas sobre o percurso escolar dos seus educandos.....	40
3.9- Garantir uma redução da componente letiva mais adequada aos professores Diretores de Turma.....	40
3.9.1- Com base no crédito de horas da Escola, prever no Regulamento Interno a possibilidade do aumento de mais um tempo de 45 minutos a redução prevista para o desempenho do cargo de Diretor de Turma nas turmas identificadas como “problemáticas”.	40
4. promover a melhoria do acompanhamento da educação escolar por parte dos pais e encarregados de educação.	40
4.1- Melhorar a sensibilidade dos pais e encarregados de educação para a importância da sua participação na vida escolar dos seus educandos.....	40
4.1.1- Realizar, no início do ano letivo, uma reunião entre a Direção da Escola e os Pais e Encarregados de Educação de forma a promover a sensibilidade para a importância que têm no sucesso educativo dos alunos.....	40

4.1.2- Convidar os encarregados de educação para tomarem parte nas festas de encerramento de período letivo.....	40
4.2- Melhorar o acompanhamento do percurso educativo dos alunos por parte dos pais.....	40
4.2.1- Elucidar os pais e encarregados de educação sobre as valências e estratégias de operacionalização do mapa de agendamento das fichas de avaliação, enquanto instrumento de acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos.....	40
4.2.2- Solicitar aos encarregados de educação a assinatura dos instrumentos de avaliação após a sua correção e avaliação (fichas e outros).....	40
4.3- Melhorar a comunicação entre os encarregados de educação e a Escola.....	40
4.3.1- Sensibilizar os encarregados de educação para a necessidade de verificarem diariamente a existência de informações na caderneta do aluno, relativas à vida escolar do seu educando.	40
4.3.2- Sensibilizar os encarregados de educação para a importância da sua vinda ao encontro semanal com o Diretor de Turma / Professor Titular de Turma.....	40
4.4- Melhorar as competências dos pais e encarregados de educação para participarem nas tomadas de decisão sobre os percursos escolares a seguir pelos seus educandos, nomeadamente ao nível do ensino secundário, do ensino superior e dos “percursos alternativos”.....	41
4.4.1- Agendar sessões de elucidação sobre os percursos escolares, nomeadamente no 9.º ano de escolaridade e 12.º ano, destinados a alunos, pais e encarregados de educação.....	41
4.4.2- Agendar sessões de elucidação sobre os “percursos escolares alternativos” sempre que a escola os oferecer.....	41
5. Melhorar o desempenho dos docentes.....	41
5.1- Melhorar as competências dos docentes na área da liderança em contexto de sala de aulas.	41
5.1.1- Promover uma ação de formação certificada em liderança em contexto de sala de aulas.....	41
5.2- Melhorar as competências dos docentes para a implementação da flexibilidade curricular.	41
5.2.1- Promover uma ação de formação creditada sobre a temática da flexibilidade curricular.....	41
5.3- Promover, aquando dos momentos de avaliação dos alunos, uma reflexão comparativa do desempenho obtido, por ano de escolaridade e disciplina, com os resultados registados no quadriénio anterior, tendo em vista a oportunidade de reequacionar o processo ensino aprendizagem.....	41
5.3.1- Comparação da percentagem de níveis negativos por disciplina com os registados no quadriénio anterior.....	41
5.3.2- Comparação do aproveitamento por ano de escolaridade / ciclo com os registados no quadriénio anterior.....	41
5.3.3- Comparação do número médio de negativas por aluno com os registados no quadriénio anterior.....	41
6. Melhorar o desempenho do pessoal não docente.....	42
6.1- Melhorar as relações interpessoais do pessoal não docente.....	42
6.1.1- Realizar uma ação de formação na área das relações interpessoais.....	42
6.2- Elucidar da importância do papel do pessoal não docente no sucesso educativo dos alunos.	42
6.2.1- Realizar uma ação de formação relativa à importância do desempenho do pessoal não docente no sucesso educativo dos alunos.....	42
7. Melhorar a qualidade do estabelecimento de ensino.....	42
7.1- Garantir, a nível pedagógico, o cumprimento da legislação em vigor, o Regulamento Interno da Escola e as deliberações dos órgãos de gestão intermédia.....	42
7.1.1- Analisar as atas dos órgãos de gestão intermédia por forma a aferir o cumprimento da legislação em vigor, do Regulamento Interno da Escola e das deliberações dos órgãos de gestão intermédia.....	42
7.1.2- Responsabilizar os líderes dos órgãos de gestão intermédia pelo incumprimento de matérias da competência dos respetivos órgãos, no respeitante à legislação, ao Regulamento Interno da Escola e às deliberações tomadas em sede de reuniões.....	42

7.2-	Refletir na administração da escola a opinião de todos os atores do processo educativo, nomeadamente dos diferentes órgãos de gestão intermédia, alunos, docentes e não docentes	42
7.2.1-	Realizar reuniões com os representantes dos alunos, onde num dos pontos da ordem de trabalhos conste a apresentação de sugestões para a melhoria do desempenho da escola.....	42
7.2.2-	Realizar reuniões gerais com o pessoal docente, por ano letivo, onde num dos pontos da ordem de trabalhos conste a apresentação de sugestões para a melhoria do desempenho da escola.....	42
7.2.3-	Realizar reuniões gerais com o pessoal não docente, por ano letivo, onde num dos pontos da ordem de trabalhos conste a apresentação de sugestões para a melhoria do desempenho da escola.....	42
7.2.4-	Equacionar a oportunidade da implementação das sugestões transmitidas e responder a todas por escrito.	42
7.3-	Promover uma gestão eficaz e transparente dos recursos humanos.	42
7.3.1-	A Direção da Escola superintende a elaboração dos horários do pessoal docente, tendo como fio condutor os interesses e necessidades dos alunos.....	42
7.3.2-	A Direção da Escola superintende a elaboração dos horários do pessoal não docente, tendo como fio condutor os interesses e necessidades dos alunos.....	42
7.3.3-	A Direção da Escola faz a distribuição do trabalho não docente compatibilizando as competências demonstradas por forma a maximizar o seu desempenho individual.....	43
7.4-	Promover uma gestão eficaz dos recursos físicos e materiais.	43
7.4.1-	A Direção da Escola promove a afetação dos espaços escolares visando o melhor aproveitamento dos mesmos e a propiciar ambientes estimulantes à aprendizagem.....	43
7.5-	Promover a escola no exterior.	43
7.5.1-	Divulgar e dar a conhecer à comunidade os resultados das aprendizagens obtidos nas diversas disciplinas/anos de escolaridade, tendo em vista a valorização da escola.....	43
7.5.2-	Divulgar a oferta educativa à comunidade tendo em vista a valorização do papel da escola.....	43
7.6-	Garantir a boa funcionalidade do Plano de Prevenção e Emergência da Escola.....	43
7.6.1-	Promover simulacros / exercício na escola.....	43
7.6.2-	Desenvolver o Projeto de Educação Para a Segurança e Prevenção de Riscos com os alunos da Pré-Escolar e do Ensino Básico.	43
7.6.3-	Promover uma ação ao pessoal não docente sobre o manuseamento de extintores.	43
7.7-	Promover a construção e regulação conjunta do Projeto Educativo da Escola.	43
7.7.1-	Proceder a uma avaliação anual sobre a implementação do Projeto Educativo da Escola, no sentido de identificar e analisar as potencialidades e os constrangimentos.	43
7.7.2-	Desencadear o processo de diagnóstico sobre as potencialidades e constrangimentos do Projeto Educativo implementado na escola e sobre os aspetos a serem equacionados no Projeto Educativo a implementar no próximo mandato.	43
8.	Promover uma lecionação em observância à legislação vigente.	43
8.1-	Garantir, a nível pedagógico, o cumprimento da legislação em vigor, o Regulamento Interno da Escola e as deliberações dos órgãos de gestão intermédia.	43
8.1.1-	Registrar nas atas dos órgãos de gestão intermédia a implementação dos diferentes aspetos de natureza pedagógica preconizados pela legislação em vigor, pelo Regulamento Interno da Escola e pelas deliberações dos órgãos de gestão intermédia.	43
8.1.2-	Identificar as situações de incumprimento da legislação em vigor, do Regulamento Interno da Escola e das deliberações dos órgãos de gestão intermédia e promover a sua retificação.....	43

I - INTRODUÇÃO

1.1- Enquadramento.

O Projeto Educativo da escola é um documento que consagra a orientação da escola, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos estabelecimentos Públicos da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2000/M, de 31 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, de 21 de Junho.

A autonomia da escola, enquanto instrumento fundamental da identidade de um estabelecimento de ensino, concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilidade e responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar.

O cunho e identidade própria de cada escola, preconizado pela legislação em vigor, afirmar-se-ão se o projeto educativo for construído em adequação às características e recursos do território, em termos naturais e humanos, e como resposta aos desafios que se lhe colocam.

Em suma, o projeto educativo dá corpo à matriz organizacional e posicional da escola, do ponto de vista educacional e formativo.



1.2- Elaboração do Projeto Educativo.

Toda a atividade escolar é condicionada pela dificuldade que este estabelecimento de ensino tem em fixar os docentes, pelo que é com normalidade que aconteça mudanças no corpo docente na ordem dos 70%, realidade que dificulta a criação de equipas para atenderem à construção dos projetos a que a escola se propõe, visto os que permanecem terem responsabilidades acrescidas ao nível dos órgãos de gestão intermédia.

Decorrente destes condicionalismos, o Projeto Educativo para o quadriénio 2018-2022 foi elaborado pelos membros do órgão de gestão, em estreita colaboração com a equipa responsável pelo Projeto de Autoavaliação da Escola, tendo por base a Carta de Missão do Diretor, a avaliação do Projeto Educativo anterior e a Autoavaliação da Escola.

Assim, tendo o Projeto Educativo cessante se afirmado como um documento aglutinador do funcionamento da escola, aferindo-lhe identidade própria, que mereceu, por parte do Conselho da Comunidade Educativa, em reunião ocorrida no passado dia 2 de outubro de 2018, parecer positivo, por unanimidade, o Projeto Educativo para o quadriénio 2018-2022 é de continuidade, tendo algumas readequações decorrentes das propostas de melhoria aferidas pela autoavaliação da escola e da avaliação do próprio projeto educativo do quadriénio anterior.



II – CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E DO CONTEXTO EDUCATIVO

1 - Origem da Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz.

Na génese da criação desta escola esteve, numa primeira fase, a necessidade de colmatar algumas lacunas da oferta educativa existentes no município de Porto Moniz, como forma de promover o ensino direto aos alunos que frequentavam o 2.º Ciclo, então lecionado em regime de ensino mediatizado (CPTV - Telescola) e, simultaneamente, alargar a oferta educativa até ao 3.º Ciclo, até então satisfeita no concelho de São Vicente, garantindo-se a lecionação de toda a escolaridade obrigatória.

Este estabelecimento de ensino, agora denominado de Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar do Porto Moniz, foi criado no ano letivo 1991/92, enquanto anexo da Escola Básica e Secundária D.^a Lucinda Andrade, através da Portaria n.º 162/91, de 26 de agosto.

Inicialmente, a sua atividade desenvolveu-se nas instalações da Escola Básica do 1.º Ciclo de Porto Moniz que, para o efeito, foi alvo de obras de remodelação e ampliação para poder atender às novas exigências, promovendo uma oferta educativa ao nível de todo o ensino básico.

No ano letivo seguinte, 1992/93, deixou de ser anexo da Escola Básica e Secundária D.^a Lucinda Andrade, passando a ter a designação de Escola Básica do Porto Moniz, por força da publicação da Portaria n.º 66/92, de 21 de fevereiro.

A construção do atual edifício, inaugurado a 26 de setembro de 1999, permitiu a mudança de instalações, com novas valências, pelo que foi deliberado pela Secretaria Regional de Educação a reorganização educativa da Escola Básica do Porto Moniz. Nesse processo, é criado um novo estabelecimento de ensino, denominado Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, decorrente da cisão com a anterior, que permanece no edifício primitivo, ficando-lhe afeta a lecionação do ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo.

No ano letivo 1999/2000, a Escola Básica e Secundária do Porto Moniz assegura a lecionação do 2.º e 3.º Ciclos e dá início à oferta do ensino secundário com a lecionação do 10.º ano de escolaridade.

A partir de 1 de setembro de 2018, com a publicação da Portaria número 207/2018/M, de 2 de julho, aconteceu a reestruturação da rede escolar do município do Porto Moniz, em que a Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-escolar e Creche do Porto Moniz fundem-se com a Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, passando a designar-se como Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz, passando a ter uma abrangência educativa do berçário ao 12.º ano de escolaridade.

2 – Enquadramento Geográfico e Socioeconómico da Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz.

A Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz está implantada no concelho do Porto Moniz, município localizado no extremo noroeste da ilha da Madeira, com uma área total aproximada de 82,6 Km², composto pelas freguesias das Achadas da Cruz, Porto Moniz, Ribeira da Janela e Seixal.

Apesar de possuir um território com uma extensão apreciável, o relevo bastante acidentado e o grande aumento de altitude do litoral para o interior, com conseqüente diminuição da temperatura, faz com que grande parte do mesmo não reúna condições para a fixação da população. Em resultado dos condicionalismos geográficos, a ocupação humana apenas acontece nas fajãs junto ao mar, como são exemplo as fajãs vulcânicas onde estão implantados os aglomerados urbanos da freguesia

do Seixal e da vila de Porto Moniz, ou nos planaltos um pouco mais em altitude, representados pelos núcleos habitacionais da parte alta da freguesia do Porto Moniz e da freguesia das Achadas da Cruz, para além dos vales com vertentes menos declivosas, onde se enquadra a área residencial da freguesia da Ribeira da Janela.

Desde os primórdios da colonização da ilha da Madeira, o território ocupado pelo município de Porto Moniz, dadas as suas condições naturais de relevo e clima, nunca foi muito apelativo à fixação da população, pelo que foi aquele que veio a ser ocupado mais tardiamente e que apresentam menor densidade demográfica.

A orografia muito acidentada e a posição geográfica, face ao Funchal, constituíram sempre um entrave ao desenvolvimento das atividades económicas no município de Porto Moniz, situação que condicionou fortemente a evolução da sua economia e demografia.

Ao longo dos anos, a agricultura foi o sector que ocupou a grande maioria das pessoas, apesar de os condicionamentos naturais, ao nível da orografia e do clima, não terem permitido a sua modernização e a produção de bens de maior valor comercial, colocando em causa a sua afirmação como atividade geradora de rendimentos compatíveis com os padrões de vida atuais.

Constituindo uma agricultura marcadamente de subsistência, tem-se assistido ao seu abandono, hoje, quase exclusivamente, praticada como atividade principal pelos mais velhos ou, então, como forma de satisfazer parte das necessidades alimentares do agregado familiar, enquanto atividade complementar.

Exceção a este cenário constitui a viticultura de castas ditas nobres, ligada à produção de vinho madeira ou vinho de mesa, em que os rendimentos e valor acrescentados têm permitido uma prática de cariz mais empresarial, mas sempre condicionada pelos fatores naturais que limitam muito a sua evolução.

A diminuição do peso da população na agricultura acentuou-se bastante a partir da década de 90, como resultando da transferência da população ativa para a construção civil, fruto do grande volume de obras públicas que a ilha da Madeira conheceu, relacionadas com as acessibilidades terrestres e marítimas, assim como à construção de infraestruturas ligadas à prestação de serviços de saúde, de educação, de lazer e culturais.

Em contraciclo com a agricultura, o município do Porto Moniz tem vindo a registar uma crescente dinâmica económica na área do turismo, embora aquém do desejável, nomeadamente ao nível da restauração e da hotelaria, assim como, mais recentemente, na prestação de serviços ligados a atividades de contacto com a natureza.

Apesar da evolução bastante positiva, a verdade é que a atividade turística possui um potencial endógeno muito importante e que está ainda por explorar, para que se venha a afirmar como o grande motor da criação de oportunidades de negócio e de emprego que este concelho precisa para ter um desenvolvimento sustentável, tal como é explanado neste projeto educativo no ponto “Responsabilidade Social da Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar do Porto Moniz / Perfil do aluno”.

Constituindo a ocupação humana de um território o reflexo direto da dinâmica económica nele existente, facilmente se compreende a evolução demográfica que o município tem conhecido, sobretudo a partir do fim da II Guerra Mundial.

Após este conflito bélico, a Região Autónoma da Madeira conheceu um forte surto emigratório, como resultado das privações e dificuldades que a população passou durante o seu decurso. Registe-se que, pese embora o não envolvimento de Portugal neste conflito, o posicionamento dos submarinos alemães em torno do arquipélago da Madeira, como forma de

limitar a ajuda aos aliados, por parte dos EUA, condicionou muito a economia e a vida dos madeirenses, deixando de haver, praticamente, trocas comerciais com o exterior.

O isolamento a que o arquipélago da Madeira foi votado durante a II Guerra Mundial teve um forte impacto nas transações comerciais de e para este território, com consequências terríveis ao nível alimentar, agravada pela escassez de produtos químicos utilizados no controlo das pragas agrícolas, situações que conduziram a uma diminuição drástica da produção, alastrando a fome a muitas famílias.

As dificuldades sentidas, durante o período de guerra, promoveram na população a insatisfação e o desejo de emigrarem, na esperança de um futuro melhor para as suas famílias. Sentimento partilhado por muitos, deu aso a um forte movimento migratório, encabeçado por pessoas determinadas em melhorarem as suas condições de vida, de tal forma que a grande maioria destes emigrantes afirmaram-se com sucesso nos países de acolhimento, promovendo, por imitação, o reforço deste fluxo até por volta do ano de 1974, aquando da implantação da democracia no nosso país.

Realce-se que neste período, apesar das altas taxas de natalidade existente no arquipélago da Madeira, o forte fluxo emigratório conduziu a uma diminuição efetiva da população, com particular incidência nos municípios mais periféricos e deprimidos economicamente, como é exemplo o Porto Moniz.

A democratização do país teve um forte impacto económico e demográfico no arquipélago da Madeira, mormente decorrente do estatuto político administrativo que veio a ganhar, enquanto região autónoma, dotando esta parcela do território com autonomia administrativa, económica e legislativa, alterações essas que lhe conferiram uma maior capacidade reivindicativa e realizadora na prossecução da satisfação dos legítimos interesses dos madeirenses.

Muito deficitária em infraestruturas rodoviárias, portuárias, de saúde e educativas, a Região Autónoma da Madeira conheceu um ciclo de desenvolvimento sem precedentes, alavancado pelas obras públicas, onde aconteceu uma oferta de emprego excedentária na área da construção civil, obrigando, mesmo, à “importação” de mão-de-obra. Este fenómeno foi determinante para estancar o fenómeno emigratório que a Região vinha a conhecer, sendo que, no que ao município do Porto Moniz diz respeito, este processo de desertificação demográfica não findou, havendo apenas uma mudança estrutural, passando-se de um fenómeno emigratório para migratório em direção ao eixo Funchal / Santa Cruz.

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
RAM	269.769	268.937	251.135	252.844	253.426	245.011	267.938
P Moniz	6.422	5.917	4.480	3.963	3.432	2.927	2.711

Com a crise económica que se instalou em Portugal por volta de 2009, a que a Região Autónoma da Madeira ficou bastante vulnerável, assistindo-se ao fim de um ciclo de desenvolvimento alicerçado nas obras públicas, em resultado das dificuldades financeiras sentidas pelo Governo Regional. Aconteceu, assim, uma paralisia do setor da construção civil que, a par do turismo, se tinha afirmado como o grande promotor de oportunidades de negócio e emprego, com reflexos em todos os setores de atividade da RAM, deixando transparecer as fragilidades das empresas e consequente aumento exponencial do desemprego.

As mudanças socioprofissionais, entretanto ocorridas, e os padrões de vida alcançados na Região Autónoma da Madeira, tornaram-se inoportáveis com as situações de desemprego a que

inúmeras famílias foram relegadas, circunstâncias que a partir de 2012 fomentaram um novo surto migratório que perdurou até 2016.

Existindo uma relação direta entre os movimentos migratórios e os territórios mais periféricos e deprimidos economicamente, o município de Porto Moniz, pese embora a evolução positiva ocorrida no setor do turismo, continua a sentir muitas dificuldades em fixar a sua população mais jovem, agravando, ainda mais, os fenómenos de desertificação e de envelhecimento demográfico.

Em termos globais, constata-se que as vicissitudes económicas que o concelho de Porto Moniz conheceu, fizeram com que, em pouco mais de 60 anos, conhecesse uma redução da sua população em cerca de 57,8%.

Detentor de invejáveis infraestruturas e equipamentos, promotores de melhoria da qualidade de vida dos residentes, o município do Porto Moniz só inverterá a tendência demográfica que tem conhecido, se acontecerem mais oportunidades de negócio e de oferta de emprego, só compatíveis com o desenvolvimento e afirmação da identidade do destino turístico Porto Moniz, diferenciado e de qualidade.

III – VALÊNCIAS DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA COM PRÉ-ESCOLAR E CRECHE DO PORTO MONIZ.

1- Responsabilidade Social da Escola Básica e Secundária Com Pré-Escola e Creche do Porto Moniz / Perfil dos Alunos À Saída da Escolaridade Obrigatória.

A educação, enquanto processo, e os estabelecimentos de ensino, enquanto estruturas de promoção da formação dos jovens, constituem bases importantíssimas do enriquecimento da pessoa humana e da criação da sua identidade como pessoas ativas, empreendedoras e intervenientes na vida da comunidade em que se inserem.

Numa sociedade moderna e democrática, a escola, em sentido lato, constitui um dos principais instrumentos promotores da equidade de oportunidades dos indivíduos, pois, independentemente do sexo, raça ou da sua condição económica, ao aproveitarem as oportunidades que lhes são proporcionadas, poderão valorizar-se e alcançar patamares de sucesso.

É tendo presente este sentido de importância da escola e da educação escolar que deve ser orientada a gestão e a administração dos estabelecimentos de ensino, visto os “estilos/modelos” implementados terem reflexos diretos no futuro dos alunos e da sociedade que integram, que, caso não sejam os adequados, poderão constituir-se de difícil superação.

Se comungados estes pressupostos, torna-se claro que os diferentes órgãos de gestão da escola não poderão percorrer caminhos facilitadores, mas sim abraçar princípios promotores da competência e da responsabilização. Só assim é que poderemos dotar os jovens com instrumentos que lhes permitam enfrentar os desafios que se lhe colocam no dia-a-dia, enquanto cidadãos participantes numa sociedade em constante transformação, marcada pela imprevisibilidade, onde a preocupação de os capacitar para a autonomia de concretizarem as suas próprias aprendizagens terá de estar sempre presente.

Evidentemente que nos deparamos, por vezes, com pressupostos orientadores do processo formativo dos alunos que nos poderão parecer substancialmente antagónicos, em que ao paradigma da instrução dos alunos com as competências indispensáveis para sua integração plena na sociedade, enquanto cidadãos ativos e responsáveis, contrapõe-se a necessidade de tratar todos os conteúdos curriculares, por forma a instruir os alunos com conhecimentos científicos que lhes

permitam percorrer com sucesso todo o percurso escolar, nomeadamente quando sujeitos a exames nacionais.

Evidentemente que nesta ponderação deverá ser encontrado um ponto de equilíbrio entre a emergência de preparar os alunos para a prossecução de estudos, em que a exigência de conhecimentos científicos é grande, e uma formação transversal orientada por princípios, valores e competências, equilíbrio esse que deverá refletir o perfil de aluno que se impõe à saída da escolaridade obrigatória.

Se é verdade que a crescente mobilidade das pessoas, os avanços tecnológicos e a incerteza no futuro impõem uma educação para uma cidadania universal, regista-se, também, que um dos propósitos da escola é o da preparação dos jovens para a vida ativa, no sentido de dotá-los com instrumentos e competências que lhes permitam compreender e estar à altura dos desafios que enfrentam as comunidades onde estão inseridos, pelo que, no que à Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz diz respeito, ao nível da formação não curricular, importa dar ênfase às temáticas ambientais e turísticas.

Esta atenção é sobretudo importante para um concelho que tem assistido nas últimas décadas a uma redução muito significativa da sua população, quer pela diminuição da taxa de natalidade, como pela migração dos jovens e dos adultos. O envelhecimento demográfico do município do Porto Moniz constitui um dos maiores problemas e o seu rejuvenescimento um dos maiores desafios, desiderato só alcançável com a implementação de estratégias promotoras de novas oportunidades de negócio e de emprego nas áreas do ambiente e do turismo, sem esquecer a agricultura.

Pese embora a evidência das políticas sociais que têm vindo a ser sido implementadas pela autarquia do Porto Moniz e do Governo Regional, observa-se que não têm refreado a desertificação populacional, tendo apenas efeitos visíveis na melhoria da qualidade de vida daqueles que habitam o município. É, hoje, evidente que a estagnação da sangria populacional do município só terá resultados reais com políticas que levem à criação de oportunidades de negócio e de emprego.

Nesse âmbito, a opção turística é relevante para colmatar muitos dos constrangimentos demográficos e sociais do Porto Moniz, visto a prestação de serviços nas áreas do turismo e do ambiente serem muito intensivas em mão de obra, para além de que permitem uma empregabilidade abrangente, envolvendo desde quadros superiores a técnicos com menor qualificação.

É pacífico a identificação do setor turístico, com a componente ambiental e agrícola, como aquele que agrega maior potencialidade de desenvolvimento deste município, nomeadamente pelos responsáveis pelo poder local e regional, assim como pelos principais agentes económicos, pelo que importa que se aja em conformidade e se juntem esforços na prossecução desse objetivo, empreendimento a que a Escola Básica e Secundária Com Pré-escolar e Creche do Porto Moniz não pode ficar alheia, tornando-se no principal motor de sensibilização e formação.

A este nível, importa que esta escola promova, logo a partir do 1.º ano de escolaridade, uma educação para a “arte de saber receber” os que nos visitam, que abarque, nomeadamente, conhecimentos de línguas, aspetos culturais e naturais da Região Autónoma da Madeira e do Município do Porto Moniz, em particular, sem esquecer o papel que a agricultura desempenha enquanto atividade essencial para a manutenção da paisagem e de obtenção de rendimentos.

A qualidade ambiental, a diversidade paisagística e o facto do concelho do Porto Moniz ser detentor de uma das maiores manchas de floresta laurissilva, ecossistema único, classificado pela UNESCO património da humanidade, constituem recursos que, devidamente valorizados, podem constituir-se elementos importantes na afirmação da identidade do destino Porto Moniz, que se quer sustentável, de qualidade e o mais diferenciado possível.

Este município possui um potencial de desenvolvimento turístico ímpar, com sustentação nos fatores naturais e culturais, aspetos que terão de ser valorizados e aproveitados na criação da marca Porto Moniz. A gastronomia, os arraiais religiosos, os passeios a pé pelos trilhos existentes nas serras, a observação de aves marinhas e terrestres, os passeios de mar numa costa com uma beleza ímpar, o mergulho, os desportos de contato com a natureza, nomeadamente o canyoning, o BTT, o ultra Trail, a pesca desportiva no mar e nos cursos de água, constituem nichos de mercado com uma procura crescente, numa sociedade cada vez mais urbanizada e desejosa de usufruir de ambientes diferentes nos momentos de lazer.

É relevante observar que a oferta dos serviços enumerados não pressupõe grandes investimentos, podendo constituir-se numa oportunidade para os jovens criarem os seus próprios empregos, ensejo alavancado com a disponibilidade de fundos comunitários para o efeito.

A existência de um grande número de habitações devolutas a se degradarem no município do Porto Moniz, fazem do turismo de habitação e do agroturismo oportunidades a não menosprezar, quer como forma de criar o próprio emprego, mas também de obtenção de habitação própria, estimuladas pela disponibilidade de apoios comunitários específicos. Para além das razões enunciadas, o agroturismo neste concelho poderá ganhar especial importância pelo facto da agricultura ser marcadamente tradicional, face aos condicionalismos naturais de que padece, pelo que a sua prática constitui um autêntico museu vivo.

Quer como atividade económica, mas também em termos ambientais, nomeadamente ao nível da manutenção da paisagem que nos caracteriza, a agricultura no concelho do Porto Moniz terá de ser acarinhada e mantida, sob pena de ficarmos mais dependentes do exterior, ao nível dos consumos, e de perdermos, irreversivelmente, uma paisagem que nos distingue e nos dá identidade. Esta atividade poderá desempenhar um papel interessante, enquanto ocupação laboral principal ou mesmo como complemento de outras, onde a mudança para culturas geradoras de maiores rendimentos económicos e o aproveitamento de fundos europeus, ao nível das medidas agroambientais, poderá viabilizar a sua prática.

Na prossecução dos desafios que se colocam ao concelho do Porto Moniz, pese embora o excesso de carga letiva que marca o nosso sistema de ensino, a flexibilização curricular deverá constituir uma oportunidade para a promoção de iniciativas e projetos que mobilizem os jovens para os saberes e competências que dão corpo ao desafio da afirmação turística do município. A outro nível, uma Região tão dependente do turismo como a Madeira, deverá equacionar a oportunidade de implementar uma disciplina ou projeto, não curricular, agregador das especificidades do nosso turismo, onde, entre outras, fossem desenvolvidas as competências de bem receber e de informar aqueles que nos visitam.

A este nível, a flexibilização curricular comporta um potencial apreciável para atender ao perfil de aluno que se pretende ter à saída da escolaridade obrigatória dos discentes que frequentam este estabelecimento de ensino. Assim, ultrapassadas algumas das contingências da reestruturação da rede escolar do município do Porto Moniz, impõe-se abraçar este projeto a partir do ano letivo 2019/2020.

Na gestão da Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz, com as problemáticas que vive o município, dever-se-á, quer ao nível administrativo como pedagógico, dar atenção à emergência formativa que se impõe, sob pena de estarmos a contribuir para dotar os alunos com competências que não tenham em conta as necessidades identificadas, poderá contribuir para o adiamento do desenvolvimento do concelho do Porto Moniz e a saída da população jovem para outros territórios para desenvolverem a sua atividade profissional.

Atendendo à conjuntura que se vive e aos desafios que se impõem, para se atingirem os propósitos enumerados, é importante que todos, instituições de educação, de poder local e regional, tenham presente a necessidade de promover uma mudança de mentalidades, necessidade que deve estar refletida no perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória.

Na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente no município do Porto Moniz, depois de vários anos em que as entidades públicas foram as principais promotoras de oportunidades de negócio e de emprego, enraizaram-se na sociedade comportamentos de dependência e acomodação, que faz com que, muitas vezes, os agentes económicos padeçam de pouca iniciativa própria, clamando a intervenção do “Estado” para a resolução das suas dificuldades. Do mesmo modo, “o sistema” vigente promoveu o surgimento de faixas da população desprovidas de empreendedorismo, por vezes conformadas com a realidade, que não reagem às mudanças que se assistem ao longo dos anos, nomeadamente ao nível da capacidade de adequação às novas necessidades e dinâmicas dos mercados de trabalho, assim como no que à criação do seu próprio emprego diz respeito.

A esta realidade também não é alheia a adoção de políticas sociais que, pese embora a sua pertinência, têm vindo a ser implementadas de forma desastrosa, hipotecando, muitas vezes, o potencial produtivo de muitas das famílias abrangidas por esses apoios, chegando, mesmo, a desenraizá-las socialmente.

É imprescindível dotar os recursos humanos que dispomos com maior destreza, sob pena dessa falta de agilidade castrar o potencial endógeno das pessoas e dos territórios onde estão inseridas, sobretudo quando existem disponíveis instrumentos facilitadores ao empreendedorismo, nomeadamente através dos fundos da Comunidade Europeia, oportunidades para os quais é fundamental preparar os jovens para o seu aproveitamento. Temos de reconhecer que as políticas educacionais, sociais e económicas nem sempre têm sido concretizadas de forma a termos cidadãos empreendedores, capazes de garantir a sua independência, realidade que teremos de procurar alterar, nomeadamente com a flexibilização curricular.

Na ação da Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz, é preciso ter presente que estamos inseridos num município envelhecido, parco em recursos humanos, onde este estabelecimento de ensino constitui a instituição onde, porventura, reside a maior capacidade crítica do concelho. Assim, não será de descurar a oportunidade de continuar a incrementar uma maior abertura da escola à comunidade envolvente, privilegiando a criação de corredores de interação com as principais instituições instaladas no município, sem, contudo, colocar em causa o seu principal objetivo que é o da instrução dos seus alunos.

1.1- Síntese do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.

O perfil dos alunos da Escola Básica Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz, à saída da escolaridade obrigatória, obedece às áreas de competências traçadas no perfil transversal estabelecido para todas as escolas, conforme definido no Despacho número 6478/2017, de 26 de julho, sendo que aos discentes deste estabelecimento de ensino acrescem as seguintes competências:

1.1.1 – Conhecedor da realidade da Região Autónoma da Madeira e do seu município, em particular.

1.1.2- Capacitado para compreender os desafios da R.A.Madeira e do Município do Porto Moniz, em particular, e agir enquanto cidadão empreendedor.

1.1.3- Habilitado para, com autonomia e agilidade, concretizar aprendizagens ao longo da vida.

1.1.4- Capacitado para se inserir numa sociedade marcada pela imprevisibilidade futura.

1.1.5- Enquanto cidadão empreendedor, ser capaz de criar ou obter o seu o emprego.

1.1.6- Dotado de valores para uma Cidadania Universal.

1.2- Objetivo Aglutinador - melhorar as competências turísticas do município do Porto Moniz.

O objetivo aglutinador proposto neste ponto, decorre do explanado na temática denominada responsabilidade social da Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz / perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, de onde serão selecionadas as metas que farão parte integrantes do Projeto Educativo 2018/2022.

1.2.1- Metas do objetivo aglutinador “melhorar as competências turísticas do município do Porto Moniz”.

1.2.1.1 - Melhorar o conhecimento e compreensão das questões ambientais com maiores impactes no município de Porto Moniz.

- Conhecer melhor o ecossistema floresta Laurissilva.
- Conhecer melhor as fragilidades de sustentabilidade ambiental nos ecossistemas terrestres e marinhos do concelho de Porto Moniz.

1.2.1.2- Compreender a importância da agricultura na qualidade do turismo do Porto Moniz.

- Perceber o papel da agricultura na qualidade da gastronomia do Porto Moniz.
- Compreender a importância da agricultura na manutenção da paisagem que caracteriza o município do Porto Moniz.

1.2.1.3- Aprofundar o conhecimento e compreensão das potencialidades turísticas do município de Porto Moniz e promover o empreendedorismo nos alunos.

- Identificar e conhecer os aspetos naturais e humanizados que constituem mais-valias para a identidade do destino Porto Moniz.
- Identificar e debater nichos de mercado com maiores potencialidades para a afirmação da identidade do destino Porto Moniz: Biogeografia do ecossistema Laurissilva; Passeios a pé no âmbito da Floresta Laurissilva; Canyoning; Observação de Aves; Ultra-Trail; BTT; Pesca Desportiva; Passeios de mar ao longo da costa; Mergulho; Surf; Turismo de habitação; Agroturismo; Arraiais religiosos; Gastronomia, Geologia / acidentes geológicos.

- Compreender a implementação dos nichos de mercado identificados como oportunidades de negócio e emprego.

- Identificar e debater estratégias a seguir no desenvolvimento do turismo no município de Porto Moniz:

- . Enquadrado no todo Região Autónoma da Madeira?
- . No âmbito da “Costa da Laurissilva”?
- . Ao nível concelhio?

1.2.1.4- Melhorar o acolhimento dos turistas no município de Porto Moniz.

- Sensibilizar os alunos para a forma de como as pessoas se relacionam com os turistas constituir um dos fatores que melhor influencia a qualidade turística de um local.
- Sensibilizar a Secretaria Regional de Educação para, no quadro da autonomia das escolas, criar-se uma disciplina não curricular que trate a temática do turismo na Região Autónoma da Madeira e do concelho de Porto Moniz em particular.

2- A Oferta Curricular

Face ao processo de reestruturação da rede escolar do município do Porto Moniz, a Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz passa a promover uma oferta educativa e pedagógica desde os quatro meses até ao 12.º ano de escolaridade, o que constitui um desafio, mas, sobretudo, uma oportunidade para se atender ao perfil identificado para os nossos alunos à saída da escolaridade obrigatória.

2.1- Ensino Regular

Decorrente dos pressupostos identificados como responsabilidade social da Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz /perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, e tendo presente a consagração de uma escola para todos, é inquestionável que seria desejável promover, também, no âmbito do ensino regular, uma oferta divergente ao currículo padrão, mormente ao nível profissionalizante destinada aos alunos do 3.º ciclo e do ensino secundário. Contudo, a exiguidade do número de discentes que frequentam este estabelecimento de ensino e a apetência formativa muitas vezes divergente, constituem entraves à operacionalização desta necessidade, visto a abertura de currículos profissionalizantes exigir um número mínimo de alunos por curso.

A bipolarização demográfica, norte/sul, da Ilha da Madeira ganhou novo ímpeto com a construção das vias rápidas e expresso, em resultado do aumento da centralidade do eixo Câmara de Lobos / Machico. As escolas dos municípios mais periféricos, face ao reduzido número de alunos, terão cada vez mais dificuldades em promover uma oferta curricular que satisfaça os anseios de todos os jovens das suas áreas de influência, acentuando-se a sua ida para o Funchal para prosseguirem estudos, situação só ultrapassável com a implementação de estratégias de complementação dos estabelecimentos de ensino localizados nesses territórios.

As novas vias de comunicação e a evolução dos meios de transporte poderão viabilizar a complementaridade entre escolas, ao nível da oferta formativa, mormente entre a Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz e a Básica e Secundária D^a Lucinda Andrade. No entanto, tal oportunidade dificilmente será implementada sem uma intervenção formal da Secretaria Regional de Educação, enquanto política estruturante para a Região. Esta iniciativa teria como fundamento o facto dos jovens, ao terem de sair dos seus concelhos para abraçarem os percursos formativos escolhidos, representarem encargos acrescidos para as famílias e para o Governo Regional, para além de potenciarem o êxodo rural, com os efeitos nefastos, daí decorrentes, para esses municípios.

Pese embora os constrangimentos já mencionados, a escolaridade obrigatória até aos dezoito anos acentuou a necessidade e a oportunidade de se diversificar a oferta formativa ao nível profissionalizante, sob pena de existir um leque crescente de alunos sem resposta às suas necessidades e ou apetências educativas / formativas, não comungando com os objetivos escolares, contribuindo para o aumentando da assunção de atitudes desviantes na escola.

Na atual realidade, não é sustentável a Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz alargar mais a oferta curricular, mantendo-se a oferta padrão no ensino básico e o esforço para que, sempre que se justifique, manter no ensino secundário os Cursos Científicos Humanísticos de Ciências e Tecnologias, de Línguas e Humanidades e de Ciências Socioeconómicas, como aqueles que vão mais de encontro à apetência formativa da grande maioria dos alunos e, simultaneamente, dá melhor formação base às exigências que se colocam a este concelho.

A nível curricular, é incontornável que, transversalmente, observe-se a lecionação de todos os conteúdos curriculares, não apenas nos anos e ou disciplinas em que ocorre a aplicação de instrumentos de avaliação de âmbito nacional, sob pena dos alunos acumularem lacunas que poderão criar dificuldades acrescidas ao prosseguimento da sua vida académica.

Embora reconhecida a importância que as atividades extracurriculares têm na formação integral dos jovens, a escola, no âmbito da sua gestão, deverá dar primazia à lecionação das atividades curriculares, garantindo que estas não sejam preteridas a favor do desenvolvimento de atividades extracurriculares, independentemente de serem promovidas pela escola ou por entidades externas.

O desenvolvimento de atividades que ponham em causa os momentos curriculares, colocam em risco o cumprimento dos programas e a observação do perfil traçado para os alunos à saída da escolaridade obrigatória.

Assim, é desejável que as atividades extracurriculares não colidam com as curriculares, para além de que se deverá observar que as primeiras constituam, claramente, mais valias para a formação dos alunos, não se correndo o risco que possam constituir-se em fatores de degradação do bom ambiente de aprendizagem na escola.

2.2- Educação Especial.

No âmbito da oferta curricular, uma atenção particular aos alunos com necessidades formativas especiais. A este nível, importa ter especial acuidade na identificação dos alunos que são propostos pelos Conselhos de Turma/Conselho de Docentes para frequentarem esta modalidade de ensino, sendo que tal deverá ser suportado por relatórios técnicos que lhe permitam tomar uma decisão objetiva, sob pena de não serem aprovados pelo Conselho Pedagógico.

A identificação dos alunos alvo da educação especial e a respetiva inclusão deve acontecer o mais breve possível, de preferência durante a frequência do 1.º Ciclo, de forma encontrarem-se respostas educativas conducente à realidade de cada aluno.

Ainda ao nível do processo da indicação de discente para a educação especial, importa que os técnicos identifiquem se as necessidades educativas especiais impedem, ou não, que o aluno adquira as aprendizagens e competências definidas no currículo, impondo a implementação das medidas adicionais previstas no artigo 10.º do Decreto Legislativo 54/2018. A inclusão de alunos em percursos de educação especial que não sejam “certificantes” terá de ser objetiva e clara, sob pena dos Conselhos de Turma / Conselhos de Docentes proporem a sua frequência a discentes que padecem de ligeiras limitações cognitivas e ou físicas e que apenas têm insucesso escolar por fatores que nada têm a ver com essas limitações, mas sim decorrente da falta de motivação, empenho, deficiente acompanhamento da vida escolar por parte dos pais ou da postura adotada nas aulas.

É preciso ter consciência que, uma decisão errada no “envio” de alunos para percursos da educação especial que fiquem aquém dos objetivos mínimos do ano escolaridade que frequentam, pode comprometer de forma irreversível os seus percursos escolares e reduzir as suas oportunidades enquanto cidadãos.

Outro foco de reflexão que se impõe fazer ao nível da educação especial, prende-se com os objetivos desta modalidade de ensino e a adequação dos “currículos” oferecidos. Não raras vezes, identificados os alunos, os docentes são “tentados” a construir os programas educativos individuais consubstanciados no aligeirar dos conteúdos dos currículos ditos normais, com

consequente diminuição do nível de exigência, não dando uma resposta objetiva às necessidades específicas desses discentes.

Como o próprio nome indica, os programas educativos individuais têm de ser feitos à medida de cada aluno, de acordo com as potencialidades de cada um, tendo em vista a integração social e a independência suscetível de alcançar. Registe-se que a maior parte dos alunos, a quem foi diagnosticado deficit cognitivo apreciável, têm capacidades para ganhar competências de satisfação das suas necessidades elementares diárias, como sejam a higiene pessoal, a confeção de alimentos, o tratamento da roupa, aquisição de bens básicos, utilizar os transportes públicos, entre outros, podendo, mesmo, desenvolverem atividades profissionais menos complexas.

O alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade impõe uma reflexão à estruturação da educação especial, sobretudo aos alunos a quem foram diagnosticados deficits cognitivos relevantes. Seria desejável que, durante o ensino básico e ou até aos 15 anos de idade, fosse dada primazia às competências sociais, que permitam aos alunos maximizar a sua integração na sociedade com o menor grau de dependências possíveis, nomeadamente ao nível da concretização das tarefas diárias elementares suscetíveis de alcançar, deixando, quando oportunas, o desenvolvimento das competências mais profissionalizantes para o ensino secundário e ou a partir dos 16 anos de idade, tendo em vista, sempre que possível, a promoção da independência económica destes jovens.

2.3- Objetivo aglutinador: promover uma educação inclusiva de acordo com as apetências educativas e formativas de cada aluno.

O objetivo aglutinador traçado neste ponto reporta-se à valência formativa da Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz, tendo em conta as especificidades deste estabelecimento de ensino, nomeadamente decorrente dos condicionamentos que padece, face ao reduzido número de alunos que o frequentam, mas sempre no sentido de promover uma educação à medida de cada um. A partir deste objetivo serão selecionadas as metas integrantes do Projeto Educativo 2018/2022.

2.3.1-Metas do objetivo aglutinador “promover uma educação inclusiva de acordo com as apetências educativas e formativas de cada aluno”.

2.3.1.1- Garantir a oferta curricular do ensino secundária nas áreas das “ciências” e das “línguas” visto serem aquelas que, embora não específicas, darão melhor formação base às exigências que se colocam a este município, não descurando a possibilidade/oportunidade da oferta do Curso Científico Humanístico de Ciências Socioeconómicas.

- Abertura do Curso Científico Humanístico de Ciências e Tecnologias.
- Abertura do Curso Científico Humanístico de Línguas e Humanidades.
- Equacionar a possibilidade/oportunidade da oferta do Curso Científico Humanístico de Ciências Socioeconómicas.

2.3.1.2- Promover o cumprimento dos programas curriculares.

- Cumprir a planificação estabelecida em cada período letivo, por forma a não agravar a sobrecarga do final do ano letivo.
- Garantir que as atividades não curriculares não ocorram em detrimento das curriculares.

2.3.1.3- Melhorar a objetividade na identificação dos alunos alvo do ensino especial.

- Os relatórios da técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, relativos à identificação dos alunos alvo da educação especial têm de expressar se o aluno deverá ser, ou não, alvo de educação especial.

- Os relatórios da técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, relativos aos alunos identificados para serem alvo da educação especial, têm de expressar se ao aluno deverão ser, ou não, implementadas medidas adicionais previstas no artigo 10.º do Decreto Legislativo 54/2018.

2.3.1.4- Melhorar a adequação dos programas educativos individuais.

- Promover a inclusão social e independência dos alunos, de acordo com as potencialidades e apetência de cada um.

3- Os atores da educação escolar e do processo formativo dos alunos.

3.1- Os alunos.

Os alunos constituem a razão de ser das escolas, pelo que toda a gestão dos estabelecimentos de ensino deverá ser concretizada em função desse pressuposto, tendo em vista dotar cada um dos alunos com conhecimentos e competências que lhe permitam maximizar as suas capacidades em superarem os desafios que se lhe colocam enquanto pessoas integradas numa comunidade.

Numa sociedade cada vez mais exigente, em que o dia-a-dia é vivido a um ritmo cada vez mais alucinante, onde o desempenho por objetivos banaliza a moralidade, as escolas têm de ser capazes de prover nos alunos destrezas que lhes permitam acompanhar estas exigências, mas também ao nível dos valores, abrindo oportunidades àqueles que, por serem menos dotados ou pelas circunstâncias da vida, veem-se impelidos para a marginalização.

Na formação, a escola terá de ter presente que assume um papel cada vez mais abrangente, face à reorganização socioeconómica que a sociedade tem vindo a conhecer, de que tem resultado uma menor participação dos pais e da própria comunidade nesse processo.

O acréscimo da responsabilidade da escola na formação das crianças e jovens acontece numa conjuntura em que estes têm vindo a demonstrar interesses cada vez mais divergentes dos escolares, face ao sem número de apelos com que são inundados pelos meios de comunicação, nomeadamente ao nível das redes sociais e da comunicação social.

Perante o alheamento de um crescente número de crianças e jovens face à escola, é imprescindível uma aposta dos estabelecimentos de ensino na consciencialização dos alunos para a importância que estas instituições têm no seu futuro, ou seja, impõe-se dar sentido à escola. O trabalho de motivação dos alunos para a frequência e aproveitamento escolares tem de constituir uma tarefa identificada como prioritária, pois, caso contrário, será muito difícil atingirem-se os objetivos pretendidos.

O trabalho motivacional terá de constituir um empreendimento de toda a comunidade escolar, para além do trabalho especializado a ser levado a cabo pelo Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional. A este nível, importa, também, prosseguir com os projetos que a Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz tem vindo a desenvolver, no sentido de proporcionar aos alunos orientação escolar e experiências profissionais ao longo do seu percurso escolar.

A promoção de experiência profissionais, para além de constituírem um fator de mobilização dos jovens para os interesses escolares, constitui, também, um meio de dar aos alunos mais competências para decidirem sobre o caminho educativo a seguir. Assume importância a

implementação destas iniciativas ao longo de todo o percurso escolar, pois os jovens, ao terminarem o 9.º ano de escolaridade, veem-se obrigados a tomar decisões em momentos da sua vida em que são pouco maduros, com a agravante de, muitas vezes, as opções tomadas serem irreversíveis ou a sua reversão comportar custos elevados.

O processo motivacional não deve ficar indiferente à necessidade de se produzirem mudanças de mentalidade nas crianças e jovens, nomeadamente na superação do paradigma com que são confrontados no seu grupo de pares “estudar para quê?”. É preciso incutir nos alunos que, pese embora as saídas profissionais não sejam imediatas nem lineares, um cidadão quanto mais valorizado for pelo seu percurso académico, mais apto estará a superar os desafios que se vierem a colocar ao longo da sua vida.

Para a mudança de mentalidades, que a escola está obrigada a promover, é importante que nas relações pedagógicas com os alunos se dê espaço à criatividade, procurando, sempre que possível, relacionar os conteúdos tratados com situações da sua realidade, ou seja, uma prática pedagógica de contextualização curricular, pois assim estar-se-á a fomentar nos alunos competências empreendedoras. A este nível, comportará especial importância o Projeto da flexibilização curricular que este estabelecimento de ensino irá abraçar a partir do ano letivo 2019/2020.

É fundamental que a escola desenvolva uma cultura de responsabilidade e responsabilização, situação que nem sempre tem sabido promover, pois, não raras as vezes, limita-se a identificar explicações psicossociais para desculpar as performances menos positivas dos alunos, quer em termos de aproveitamento escolar como comportamentais, sem responsabilizar os alunos e procurar alterar os pressupostos que estiveram na origem dessa postura.

Ao nível comportamental, é fundamental garantir-se que todos os alunos possam usufruir de um ambiente escolar promotor de uma educação de qualidade, pelo que não podem ser toleradas situações que coloquem em causa esse ambiente e o sucesso das atividades pedagógicas.

Evidentemente que escola terá de criar oportunidades aos “alunos caso” para percorrerem o caminho do sucesso, mas nunca à custa dos demais colegas, pelo que essas chances terão de ser alicerçadas pelo Conselho de Turma, com o apoio do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, fora do contexto da sala de aulas, sem prejuízo da maioria dos alunos.

Relativamente à promoção da equidade de oportunidades para o bom aproveitamento escolar, é evidente, na gestão concretizada na Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz, a atenção dedicada a esta matéria ao longo dos anos. Têm sido implementados instrumentos de promoção de sucesso educativo importantes, nomeadamente os apoios pedagógicos acrescidos, as salas de estudo específicas, o Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, estratégias de agendamento dos momentos de avaliação e a própria estrutura da avaliação que vigora.

Ao nível da gestão e administração da escola, é imprescindível que esta também reflita a opinião dos alunos, pelo que é desejável as lideranças manterem uma relação de proximidade com aqueles que constituem o centro da atenção da instituição escola, privilegiando e agilizando canais de comunicação.

O diálogo Alunos/ Direção poderá constituir um fator de mobilização dos discentes para com o papel da escola, assim como uma forma de opinarem sobre a vida escolar, mas também como veículo de transmissão e explicação das opções de gestão tomadas, promovendo-se uma maior identificação dos alunos com o estabelecimento que frequentam.

3.1.1- Instrumentos/estratégias de promoção do sucesso escolar dos alunos.

A implementação dos instrumentos de promoção do sucesso educativo deve ser precedida, caso a caso, de uma análise objetiva aos fatores que estão na génese do insucesso que padece o aluno, sob pena de não se conseguir uma resposta adequada, desperdiçando-se recursos importantes e não se contribuindo para a promoção de uma melhoria da igualdade de oportunidades ao sucesso escolar.

Uma questão a ter presente na identificação dos alunos para usufruírem das estratégias e instrumentos de apoio ao sucesso educativo que a escola dispõe, decorre dos riscos de banalização da utilização dos mesmos que, por vezes, chega a criar excessos de tempos pedagógicos aos alunos alvo, os quais, muitas vezes, têm capacidades de carga relativamente baixas. Registe-se que, normalmente, são os alunos que manifestam menor interesse pela escola, aqueles que mais atividades escolares comporta o seu horário semanal, pois usufruem de todas estratégias e instrumentos de apoio ao sucesso educativo disponíveis na escola, face aos resultados escolares que têm, situação que não contribui para a melhoria do seu desempenho.

a)- O Apoio Pedagógico Acrescido

O apoio pedagógico acrescido deverá ser entendido como um reforço a ser dedicado, única e exclusivamente, aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e, por tal, detentores de ritmos de compreensão mais lentos. Assim, o encaminhamento de alunos desmotivados para este apoio, por si só, pouco acrescentará à superação das dificuldades, tal como é completamente contraproducente remeter discentes que têm na base do seu insucesso atitudes comportamentais desviantes, perturbadoras das atividades pedagógicas, visto que, para além de não contribuir para melhorar o seu desempenho, colocam em causa o sucesso dos demais colegas que usufruem desta medida.

Os alunos indisciplinados e ou desmotivados só terão uma oportunidade se a escola, antes de lhes facultar quaisquer reforços de aprendizagem, proporcionar-lhes estratégias de superação dos problemas que estão na origem dessa postura, nomeadamente com a colaboração estreita do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, por forma a conseguir-se uma valorização do papel da escola na sua formação enquanto cidadãos e dar sentido à frequência escolar a esses alunos.

b)- A Sala de Estudo/Apoio ao Estudo.

A sala de estudo/apoio ao estudo constitui um instrumento de promoção do sucesso escolar bastante válido, mas que terá de ser mais valorizado junto dos alunos e mesmo dos encarregados de educação, visto, por vezes, serem os próprios pais que dão a sua anuência à não frequência deste recurso educativo aos seus filhos.

Para perceber-se a importância do recurso sala de estudo/apoio ao estudo, basta termos presente que os alunos fora da escola dispõem de apoios e acompanhamento diferenciados, nomeadamente decorrentes da formação académica dos pais, assim como das suas capacidades financeiras para recorrerem a reforços pedagógicos pagos, mormente às denominadas “explicações”. Nesta linha de raciocínio, as salas de estudo/apoio ao estudo proporcionam um aprofundamento da igualdade de oportunidades aos alunos, visto todos poderem usufruir de apoio habilitado na consolidação da matéria dada, ensejo que de outra forma não seria garantido.

c)- O Agendamento dos Momentos de Avaliação dos Alunos.

A formalização do agendamento dos momentos de avaliação, tal como está orientada, constitui, inequivocamente, uma das estratégias pedagógicas de promoção do sucesso escolar mais simples, significativa e barata que a Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz promove.

O agendamento, no início do ano letivo, dos momentos de aplicação dos diversos instrumentos de avaliação, intervalados com pelo menos um dia, veio quebrar o hábito de concentrar-se as fichas de avaliação em torno do meio e do fim dos períodos letivos, o que fazia com que acontecessem largos espaços de tempo em que não eram aplicadas, alternados por momentos de sobrecarga, situação que não permitia aos alunos prepararem-se convenientemente para as mesmas, promovendo o estudo de véspera. A aplicação dos instrumentos de avaliação, ao longo de todo o período letivo, induz hábitos de estudo continuados nos alunos e possibilita-lhes a criação de rotinas de estudo regulares e de aumento da capacidade de trabalho.

Numa altura em que os pais possuem poucos argumentos para pressionarem os seus filhos a estudarem e sentem dificuldades em acompanhar o seu desempenho escolar, o agendamento dos momentos de avaliação, tal como está equacionado, veio dotá-los com um instrumento muito eficaz para melhorar essa capacidade. Ao saberem com muita antecedência os momentos de avaliação, têm fundamentos válidos para lhes exigirem que estudem, assim como à posteriori, dias depois da sua realização, para questioná-los sobre os resultados obtidos.

Embora o potencial que comporta esta ferramenta, esta não é utilizada regularmente pela grande maioria dos pais e encarregados de educação, existindo a necessidade de insistir para fazerem uso regular da mesma ao longo de todo o ano letivo, o que contribuiria decisivamente para a um melhor desempenho escolar dos filhos.

Apesar dos recursos disponibilizados para o acompanhamento dos resultados obtidos nos diversos instrumentos de avaliação, verifica-se que os pais o fazem de forma deficiente, pelo que é desejável que os professores solicitem aos pais e encarregados de educação a assinatura dos documentos que constituem elementos de avaliação, como garantia dessa tomada de conhecimento.

d)- A Estrutura e Itens de Avaliação dos Alunos

A forma de como estão estruturados os diversos itens da avaliação na Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz, alicerçados em fatores pedagógicos objetivos, se devidamente explicados aos alunos, poderão contribuir para a promoção do seu sucesso escolar.

Ao comportar uma avaliação formal, consubstanciada na aplicação de instrumentos de avaliação em contexto de sala de aulas, e uma avaliação não formal, decorrente de itens como a feitura dos trabalhos de casa, a assiduidade e o ser portador do material necessário aos momentos letivos, entre outros, constituem um fator de motivação para o seu cumprimento, até porque estes vetores são alcançáveis por todos, dependendo pouco das capacidades cognitivas. Ainda, ao nível da educação não formal, a avaliação comporta itens relacionados com a cidadania dos alunos, vertente que terá de ser assumida como muito importante na escolaridade obrigatória, com correspondente peso na avaliação, sobretudo nos ciclos iniciais do percurso escolar.

Constituindo a componente não formal, muitas vezes, o “calcanhar de Aquiles” da concretização da avaliação, o facto de neste modelo os diferentes itens estarem bem referenciados e claros, nomeadamente ao nível do peso e da aferição de cada um, retira muita da subjetividade a que por vezes a avaliação dos discentes está sujeita, objetividade essa que é importante para

credibilizar uma tarefa de muita responsabilidade para os professores e de muita importância para os alunos.

e)- A organização de turmas de acordo com o desempenho escolar dos alunos.

Uma estratégia bastante discutível, sobretudo do ponto de vista ético, a nível pedagógico, mas sobre a qual residem poucas dúvidas que constitui uma medida positiva.

Sendo pacífico que a educação escolar deverá ser concretizada em respeito pelas especificidades próprias de cada aluno, esse paradigma terá de ser observado como resposta aos alunos que apresentam mais dificuldades, mas também como salvaguarda do direito a uma educação à medida daqueles que ostentam maiores facilidades de aprendizagem.

Caso entendamos a obrigação da escola em atender aos direitos e necessidades de todos os alunos, torna-se claro que a constituição de turmas homogêneas, ao nível de performance escolar, torna mais fácil a implementação da atividade letiva, mais consentânea com a diversidade dos alunos existentes. Ao acautelar-se os ritmos de aprendizagem de cada um, é possível ir mais longe com todos.

A fragilidade desta medida decorre do estigma de que poderá levar ao desenvolvimento de possíveis fenómenos de segregação, no entanto terá de ser visto como uma discriminação positiva, tal como é implementada noutras áreas, como é exemplo os apoios dados pela ação social escolar.

f)- O Diretor de Turma / Professor Titular de Turma - Conselho de Turma / Conselho de Docentes.

Enquanto principal interlocutor do estabelecimento de ensino com os pais e encarregados de educação, o Diretor de Turma / Professor Titular de Turma desempenha um papel ímpar nas escolas e na educação dos jovens.

Hoje, tal como está organizada a sociedade, o estabelecimento e a agilização de bons canais de comunicação entre os diferentes atores da educação é fundamental, sobretudo se entendermos a instrução dos jovens como uma responsabilidade transversal a todos.

Os Diretores de Turma / Professores Titulares de Turma terão de assumir-se, em termos práticos, não apenas como fiéis depositários dos dados relativos ao desempenho escolar dos discentes, mas sobretudo gestores ativos dessa informação, enquanto atores privilegiados do conhecimento das necessidades educativas de cada aluno e principais responsáveis pela mobilização dos recursos que possibilitem ultrapassar os entraves proscritores do sucesso educativo de cada um.

Na relação com os pais e encarregados de educação, o Diretor de Turma / Professor Titular de Turma terá de manter atualizada toda a informação inerente ao desempenho escolar dos alunos, para que as vindas à escola, por parte dos primeiros, sejam sempre proveitosas e interiorizadas como importantes para o sucesso dos seus educandos. Para que tal aconteça, todos os professores terão de reportar de imediato aos Diretores de Turma / Professores Titulares de Turma os dados dos alunos, sob pena dos encontros com os pais e encarregados de educação acontecerem de forma deficiente, decorrendo uma desvalorização dessas reuniões e da aptidão do professor tutor.

Registe-se que a emergência dos professores darem conta das informações pertinentes aos Diretores de Turma / Professores Titulares de Turma, em algumas situações e matérias, nem sempre é comportável que aconteça apenas aquando dos Conselhos de Turma / Conselhos de Docentes.

No 2.º e 3.º ciclos e secundário, o encontro semanal do Diretor de Turma com os alunos, constitui um momento importante para os docentes interagirem ativamente com os discentes, por forma a encontrarem as melhores soluções para ultrapassarem-se situações menos boas, mas

também para valorizar o que de positivo acontece. Mais uma vez sobressai o facto do Diretor de Turma não poder usar a informação que tem apenas nas reuniões com os pais.

Face à importância deste encontro, é com apreensão que se assiste à sua desvirtuação com preenchimento desta hora com o desenvolvimento de outros projetos que, embora pertinentes, não estão de acordo com os objetivos inicialmente traçados para este momento.

A caderneta do aluno constitui um recurso que os Diretores de Turma / Professores Titulares de Turma têm de otimizar, nomeadamente como instrumento privilegiado de comunicação com os progenitores, mormente para atalhar situações anómalas, como faltas disciplinares, faltas às aulas, faltas de pontualidade, de material e de feitura do trabalho de casa.

Em suma, dado o vasto leque de competências que este cargo comporta, muito para além daquelas que estão identificadas e formalizadas, não restam dúvidas que o Diretor de Turma / Professor Titular de Turma constitui um fator determinante para a promoção do sucesso educativo na sua plenitude.

Todas as mudanças que têm ocorrido na postura dos alunos e no acompanhamento da vida escolar por parte dos progenitores, têm-se refletido na ação dos Diretores de Turma / Professores Titulares de Turma, acarretando-lhes mais responsabilidades e mais incumbências, as quais, conjugadas com a recente legislação publicada, tem vindo a tornar muito complexo e exigente o desempenho deste cargo, não sendo compatível, muitas vezes, com a redução da componente letiva consagrada.

A outro nível, é importante sensibilizar a Secretaria Regional de Educação para a necessidade de promover uma melhor adequação do programa Place à realidade escolar e à legislação em vigor, para torná-lo mais ágil e facilitador do trabalho dos detentores do cargo de Diretor de Turma / Professor Titular de Turma e demais docentes.

g)- O Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional.

Os entraves ao sucesso educativo são vastos e de natureza diversa, pelo que o Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional constitui uma estrutura privilegiada para ajudar a ultrapassá-los, após serem identificados pelos Conselhos de Turma / Conselho de Docentes. Neste sentido, importa que o Diretor de Turma / Professor Titular de Turma desenvolva este cargo em estreita colaboração com o técnico deste gabinete, para trabalharem esses obstáculos e encontrarem as soluções pedagógicas adequadas aos diferentes alunos.

Tal como já foi referido na abordagem ao Apoio Pedagógico Acrescido, de modo a não se banalizar este recurso e sabida que a desmotivação dos alunos, a falta de hábitos de trabalho e a postura na sala de aulas estão, na maioria dos casos, na origem do insucesso escolar, o técnico do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional constitui um importante auxiliar para a sua ultrapassagem.

Pese embora a abrangência da intervenção dos docentes na instrução dos jovens e a escassez de meios do gabinete de psicologia deste estabelecimento de ensino, a temática motivacional e da indisciplina terão de merecer uma atenção redobrada por parte da escola, sobretudo com a escolaridade obrigatória alargada até aos 18 anos de idade.

O risco da existência de grupos de alunos, em torno dos 18 anos de idade, sem qualquer identificação com o papel e objetivos da escola, poderá tornar muito difícil a operacionalização, com sucesso, dos momentos pedagógicos, com conseqüente perda da autoridade e liderança dos professores e um aumento da indisciplina e do insucesso escolar.

No âmbito do Educação Especial, sobretudo ao nível do encaminhamento, o Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional desempenha um papel ímpar, visto os

docentes não serem detentores de conhecimentos técnicos que possam tomar essa decisão de forma balizada, especialmente nas situações de fronteira entre os deficits cognitivos ligeiros e mais profundos.

A grande dificuldade de diagnóstico reside em “identificar a fronteira” entre os alunos que têm respostas às suas necessidades de formação no ensino dito regular e aqueles em que se impõe a educação especial, pelo que, nessa avaliação, para além da componente técnica, deverá estar expresso de forma clara se o aluno necessita, ou não, de ingressar nessa via de ensino.

A outro nível, e tal como o próprio nome indica, este gabinete tem uma incumbência importante na identificação das aptidões e anseios dos alunos ao nível do seu futuro desempenho profissional, pelo que deverá trabalhar essa competência, promovendo, numa primeira fase, logo a partir do 1.º ano de escolaridade, ações de orientação escolar, intensificando-as nos anos de escolaridade em que os discentes se veem confrontados com tomadas de decisões sobre o percurso educativo a seguir, mormente no 9.º ano de escolaridade e ao longo do ensino secundário. Registo que seria desejável que os alunos, desde tenra idade, assumissem os desafios a que se propõem com a frequência escolar, embora essas metas possam sofrer alterações ao longo do respetivo percurso escolar.

Ainda no âmbito deste gabinete de apoio educativo, seria importante atender a algumas necessidades formativas do pessoal docente e não docente, nomeadamente no que às diversas componentes das relações interpessoais diz respeito, quer em contexto de sala de aulas, como fora dele, para que os recursos humanos ganhem mais competências de comunicação e de liderança.

Ao nível do apoio de foro psicológico a ser dado à comunidade escolar, dada a carência de recursos humanos do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, a prossecução desse objetivo deverá ser, sobretudo, o da sinalização de necessidades e o encaminhamento para o serviço público de saúde.

h)- Planos de Acompanhamento Pedagógico.

A aplicação de planos de acompanhamento pedagógico, aos alunos que a partir da avaliação intercalar do 1.º período letivo são sinalizados como em risco de retenção, constitui um instrumento importante para remediar a falta de aproveitamento e promover o sucesso escolar. Ao ser implementado logo no início do ano letivo, pode realmente representar uma mais-valia, desde que seja construído de forma adequada, após a identificação objetiva dos fatores que estão na origem dessa prestação menos conseguida, aproveitando os recursos que a escola dispõe, em observância às necessidades dos alunos.

Tendo presente a importância da participação dos pais nos resultados escolares, independentemente dos recursos de promoção do sucesso escolar que venham a ser preconizados nos planos de acompanhamento pedagógico, é imprescindível prever a sua participação, deixando claro os moldes e os momentos em que acontece, pois assim sentir-se-ão envolvidos e responsabilizados pelos resultados obtidos, pelo que tenderão a empenhar-se mais na concretização das medidas previstas.

3.1.2- **Objetivo aglutinador: melhorar o sucesso educativo a todos os alunos.**

O objetivo aglutinador identificado e as metas identificadas neste ponto são significativas para a prossecução do objeto da instituição escola. De entre as metas identificadas serão selecionadas as que farão parte integrante do Projeto Educativo 2018/2022.

3.1.2.1- Metas do objetivo aglutinador “melhorar o sucesso educativo a todos os alunos”.

3.1.2.1.1- Promover a motivação e o empreendedorismo nos alunos.

- Contextualizar, sempre que possível, os conteúdos curriculares.
 - Oferecer “experiências profissionais” aos alunos.
 - Apoiar os “alunos caso” com recurso à técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional.
 - Oferecer atividades extracurriculares promotoras da motivação dos alunos para com os interesses escolares.
- 3.1.2.1.2- Garantir ambientes favoráveis ao desenvolvimento da atividade pedagógica.
- Estabelecer no início do ano letivo regras de funcionamento da disciplina.
 - Fazer cumprir escrupulosamente as regras estabelecidas, numa perspetiva de que, tudo o que põe em causa o ambiente favorável ao bom desenvolvimento das aprendizagens é, em termos pedagógico e do sucesso educativo, indisciplina.
- 3.1.2.1.3- Promover o sucesso educativo dos alunos, enquanto universo heterogéneo e multifacetado.
- Construir os Planos de Acompanhamento Pedagógico aos alunos sinalizados como em risco de retenção desde a avaliação intercalar do 1.º período, de forma objetiva, observando as dificuldades demonstradas, os recursos disponíveis e responsabilizando os pais e alunos nesse processo.
 - Reservar o apoio pedagógico acrescido aos alunos que denotam dificuldades ou ritmos mais lentos de aprendizagem.
 - Constituir as turmas de acordo com os ritmos de aprendizagem dos alunos.
- 3.1.2.1.4- Melhorar o empenho e desempenho dos alunos na prossecução do sucesso educativo.
- Manter na avaliação não formal itens que promovam nos alunos a assiduidade e pontualidade, a feitura dos trabalhos de casa e serem portadores do material escolar.
 - Agendar os momentos da aplicação dos instrumentos de avaliação ao longo dos períodos, intervalados com pelo menos um dia.
 - Agendar regularmente trabalhos/tarefas “para casa” que permitam a aplicação e consolidação da matéria dada.
 - Agendar no horário dos alunos “salas de estudo”.
 - Distinguir os alunos com melhor desempenho, através da atribuição de prémios de mérito e da criação de um quadro de honra da Escola.
- 3.1.2.1.5- Promover a orientação escolar dos alunos.
- Realizar sessões de orientação escolar com todos os alunos do Pré-Escolar (5 anos), 4.º e 9.º anos de escolaridade.
 - Realizar sessões de orientação escolar aos alunos do 10.º ao 12.º ano de escolaridades.
- 3.1.2.1.6- Estimular a participação dos alunos na gestão da Escola.
- Realizar a eleição dos alunos Delegados e Subdelegados de Turma.
 - Promover a eleição dos representantes dos alunos ao Conselho da Comunidade Educativa.
 - Realizar, por período letivo, uma reunião entre os Representantes dos Alunos e a Direção da Escola.
- 3.1.2.1.7- Dotar os pais e encarregados de educação com recursos/meios de acompanhamento da vida escolar, assim como de estratégias de operacionalização dos mesmos.
- Fornecer aos pais e encarregados de educação o mapa de agendamento dos momentos de avaliação (fichas e outros) e elucidá-los sobre a operacionalização e valências deste documento.
 - Exigir aos encarregados de educação a assinatura dos instrumentos de avaliação após a sua correção e avaliação (fichas e outros).
- 3.1.2.1.8- Melhorar a comunicação entre os encarregados de educação e a Escola.
- Remeter ao encarregado de educação, via caderneta do aluno, toda a informação relevante.

- Contactar o encarregado de educação via telefone aquando de situações mais emergentes.

- Valorizar a vinda dos encarregados de educação ao atendimento com Diretor de Turma / Professor Titular, nomeadamente ao nível da qualidade e quantidade de informações prestadas sobre o percurso escolar dos seus educandos.

3.1.2.1.9- Garantir uma redução da componente letiva mais adequada aos professores Diretores de Turma.

- Com base no crédito de horas da Escola, prever no Regulamento Interno a possibilidade do aumento de mais um tempo de 45 minutos a redução prevista para o desempenho do cargo de Diretor de Turma nas turmas identificadas como “problemáticas”.

3.2- Os pais e encarregados de educação.

Dada a importância que os pais e encarregados de educação representam para o sucesso da educação escolar, estes constituem, quiçá, o elemento que a Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz terá de trabalhar com maior acuidade para melhorar a sua performance educativa.

Atendendo aos apelos divergentes aos interesses escolares a que os jovens são sujeitos diariamente, por maiores que sejam as capacidades dos alunos, por melhores docentes e instalações que a instituição escolar dispunha, nunca se alcançará os níveis de sucesso escolar desejáveis sem uma forte participação dos pais nesse processo.

A crescente falta de tempo disponível para os encarregados de educação se deslocarem à escola, para acompanharem o percurso escolar dos seus educandos, e a falta de estratégias e instrumentos que lhes permitam supervisionarem com eficácia o desempenho dos filhos, terão de ser colmatadas o mais rapidamente possível, devendo ser alvo de uma atenção particular.

Ainda que neste estabelecimento de ensino seja relevada a importância da participação dos pais no processo educativo escolar dos filhos, a verdade é que os resultados estão muito aquém dos desejáveis, verificando-se, quase exclusivamente, uma presença nos momentos de informação da avaliação intercalar e de final de período, para além de circunstâncias de desvios comportamentais, pelo que importa continuar a valorizar e a insistir numa maior abrangência da sua participação.

Só uma maior eficácia e cobertura da vida escolar pelos encarregados de educação é que poderão levar a um maior empenho dos alunos nas aprendizagens. É neste campo que se deverá trabalhar minuciosamente com os pais os diferentes instrumentos de promoção do sucesso educativo de que a escola dispõe, visto constituírem, simultaneamente, recursos que permitem um melhor acompanhamento do percurso escolar dos filhos, desde que bem utilizados.

O Diretor de Turma / Professor Titular de Turma terá de ser entendido pelos pais e encarregados de educação como um parceiro privilegiado neste processo. Quanto maior for a proximidade entre os Encarregados de Educação e os Diretores de Turma / Professor Titular de Turma, mais fluida será a troca de informações entre os mesmos, promovendo a existência de mais oportunidades para atalhar situações menos compatíveis com o sucesso escolar.

Um dos fatores que terá de ser trabalhada com os pais, prende-se com a gestão da informação que lhes chega através dos filhos ou de outros membros da comunidade escolar, isto é, sempre que não é transmitida pelos canais próprios, nomeadamente via Diretor de Turma / Professor Titular de Turma ou Direção da Escola. É preciso instruir os pais para as situações informativas não oficiais, suscetíveis de gerar mal-entendidos, as quais devem ser tratadas e clarificadas no local próprio, antes de qualquer tomada de posição pública ou perante o próprio filho.

Importa consciencializar que os jovens se veem obrigados, muitas vezes, a terem de justificar o seu insucesso ou outros comportamentos suscetíveis de reprovação pelos pais, pelo que, com alguma naturalidade, distorcem os acontecimentos sempre que daí consigam obter vantagem. Dar razão aos filhos sem ouvir todas as partes envolvidas, significa estimular esse tipo de comportamentos e retirar a razão a quem à tem, assim como diminuir a autoridade da escola, processo que, com o decorrer do tempo, poderá ter consequências muito negativas.

A importância da participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar e a correta utilização de alguns instrumentos de acompanhamento da vida escolar que a escola lhes disponibiliza, constituem áreas que a escola deverá insistir em trabalhar, mesmo que a adesão fique aquém das expectativas criadas. A chave para a melhoria dos resultados escolares deste estabelecimento de ensino reside, em grande parte, no sucesso com que estas temáticas forem trabalhadas, pois nas demais vertentes tem-se conseguido uma melhoria significativa.

A oportunidade de dotar os pais e encarregados de educação com competências que lhes permitam participar nas decisões dos seus educandos, nomeadamente sobre os percursos escolares a seguir, é inquestionável. Face aos poucos conhecimentos que os pais têm, tem feito opinião que essas decisões são da exclusividade dos alunos, quando muitas vezes não possuem a maturidade indispensável, tomando-as com base nos amigos, nas disciplinas que têm mais facilidade, ou com o local para onde pretendem prosseguir os estudos, nem sempre consentâneos com uma decisão racional.

Esta preocupação é sobretudo premente para as decisões que se impõem no final do ensino básico, mas também nas escolhas dos cursos do ensino superior, pelo que seria desejável que os pais e encarregados participassem nas ações sobre esta temática, promovidas aos alunos em contexto escolar, não com o objetivo de poderem decidir pelos filhos, mas sim de participarem nessas decisões

3.2.1- Objetivo aglutinador: promover a melhoria do acompanhamento da educação escolar por parte dos pais e encarregados de educação.

O objetivo aglutinador elencado está identificado como muito significativo para a melhoria do desempenho escolar dos alunos, sendo a partir deste selecionadas metas integrantes do Projeto Educativo 2018/2022.

3.2.1.1- Metas do objetivo aglutinador “promover a melhoria do acompanhamento da educação escolar por parte dos pais e encarregados de educação”.

3.2.1.1.1- Melhorar a sensibilidade dos pais e encarregados de educação para a importância da sua participação na vida escolar dos seus educandos.

- Realizar, no início do ano letivo, uma reunião entre a Direção da Escola e os Pais e Encarregados de Educação de forma a promover a sensibilidade para a importância que têm no sucesso educativo dos alunos.

- Convidar os encarregados de educação para tomarem parte nas festas de encerramento de período letivo.

3.2.1.1.2- Melhorar o acompanhamento do percurso educativo dos alunos por parte dos pais.

- Elucidar os pais e encarregados de educação sobre as valências e estratégias de operacionalização do mapa de agendamento das fichas de avaliação, enquanto instrumento de acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos.

- Solicitar aos encarregados de educação a assinatura dos instrumentos de avaliação após a sua correção e avaliação (fichas e outros).

3.2.1.1.3- Melhorar a comunicação entre os encarregados de educação e a Escola.

- Sensibilizar os encarregados de educação para a necessidade de verificarem diariamente a existência de informações na caderneta do aluno, relativas à vida escolar do seu educando.

- Sensibilizar os encarregados de educação para a importância da sua vinda ao encontro semanal com o Diretor de Turma / Professor Titular de Turma.

3.2.1.1.4- Melhorar as competências dos pais e encarregados de educação para participarem nas tomadas de decisão sobre os percursos escolares a seguir pelos seus educandos, nomeadamente ao nível do ensino secundário, do ensino superior e dos “percursos alternativos”.

- Agendar sessões de elucidação sobre os percursos escolares, nomeadamente no 9.º ano de escolaridade e 12.º ano, destinados a alunos, pais e encarregados de educação.

- Agendar sessões de elucidação sobre os “percursos escolares alternativos” sempre que a escola os oferecer.

3.3- Os docentes.

As mudanças socioeconómicas que temos vindo a assistir alteraram por completo o modelo organizacional da sociedade em que vivemos, realidade que, no que à educação diz respeito, acarretou um aumento das competências e responsabilidades da escola, personificada pelos professores, enquanto tutores desse processo.

À emancipação da mulher, ao facto de os pais trabalharem fora de casa, à menor disponibilidade de tempo para acompanharem a educação escolar dos filhos e ao crescente desinteresse dos jovens pela escola, a instituição escola tem reagido procurando dar resposta às novas exigências, situação que tem conduzido a um avolumar de procedimentos burocráticos, com inerentes acréscimos de tarefas, muitas vezes incompatíveis com uma lecionação que se quer qualidade.

Infelizmente essas transformações nem sempre foram compreendidas pela sociedade em geral e pelos órgãos de poder em particular, mormente por quem superintende a educação no nosso país, de tal modo que, no passado recente, foi legislado um aumento da carga horária da componente letiva dos docentes, quando deveria ter ocorrido exatamente o contrário, a bem da qualidade da instrução dos jovens.

É preciso que os governantes reconheçam a evidência que as mudanças sociais, económicas e legislativas têm promovido na docência um grande acréscimo de tarefas administrativas, cujo desempenho, sem a conseqüente redução da componente letiva, poderá acontecer em detrimento da qualidade da prática pedagógica.

Se as novas realidades têm vindo a tornar a docência uma atividade profissional cada vez mais exigente, na Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz o seu desempenho constitui um exercício bastante mais complexo, face a um conjunto de especificidades próprias, que fazem da sua prática uma tarefa extenuante e que extravasa largamente o horário que lhe está consignado.

Decorrente de um reduzido número de turmas por ano de escolaridade, os docentes deste estabelecimento de ensino, para usufruírem de horários com carga horária completa, obrigam-se a lecionarem vários níveis, realidade que comporta um esforço suplementar na preparação da atividade letiva. Aspeto incontornável nas escolas com poucos alunos, a única forma de minimizar

este excesso passaria por mudanças legislativas que preconizassem uma redução da componente letiva aos professores que lecionassem mais de dois níveis de escolaridade.

Por sua vez, o facto da gestão e administração escolar democrática acarretar a existência de vários órgãos de gestão intermédia, no caso da Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz, significa que muitos professores têm de fazer parte de vários órgãos, muitas vezes sem a correspondente redução da componente letiva que o cargo imporia, pelo que constitui um acréscimo às dificuldades e exigências já enumeradas. Mais uma vez, a resposta terá de residir na reformulação de legislação que tem pouco em conta as especificidades das escolas de menor dimensão, muitas vezes entendidas como estabelecimentos onde é mais fácil de trabalhar, quando a realidade vem a confirmar exatamente o contrário, na medida em que, ao nível das respostas a dar aos alunos, tem-se de exercer as mesmas competências que as demais, mas com menos recursos humanos.

Ao nível dos órgãos de gestão intermédia, o Conselho de Turma / Conselho de Docentes e os Diretores de Turma / Professores Titulares de Turma, enquanto principais interlocutores do estabelecimento de ensino com os pais e encarregados de educação, atores privilegiados do conhecimento das necessidades educativas de cada aluno e responsáveis pela mobilização dos recursos que possibilitem ultrapassar os entraves proscritores do sucesso educativo, desenvolvem uma tarefa árdua, raramente compensada com adequada redução da componente letiva.

Se em termos genéricos a redução da componente letiva para o desempenho do cargo de Diretor de Turma é insuficiente, no caso dos Professores Titulares de Turma nem está prevista qualquer redução. Por sua vez, mesmo em relação aos Diretores de Turma, é preciso reconhecer que essa prestação não é de igual exigência de turma para turma, pelo que será desejável equacionar uma discriminação positiva para os titulares das turmas que exigem um maior acompanhamento.

A outro nível, há que reconhecer que o grau de observância dos procedimentos legais implementados na gestão e administração deste estabelecimento de ensino, fazem do exercício da docência uma tarefa ainda mais exigente. No entanto, a solução não passará pela simplificação dos preceitos legais, sob pena de não serem salvaguardadas todas as oportunidades preconizadas para os alunos, ou destas serem implementadas de forma deficiente e ou pouco objetivas.

Em termos globais, é incontornável registar a qualidade do desempenho dos professores, no entanto urge dotar o corpo docente com maiores competências de liderança, visto esta ser imprescindível para o sucesso do processo formativo dos alunos. A temática da liderança tem sido pouco relevada na formação académica e profissional dos docentes e é, quiçá, a maior debilidade que uma parte significativa enfrenta. Por sua vez, impõe-se que os professores sistematizem hábitos de análise ao desempenho dos alunos, equacionando a oportunidade de readequação do processo ensino aprendizagem sempre que os resultados obtidos pelos discentes estejam muito aquém ou muito acima do expectável, de forma a identificarem-se os factos que lhe estão subjacentes.

A liderança que os docentes devem superintender na relação pedagógico com os alunos é fundamental para o seu sucesso, visto permitir agilizar com eficiência esse processo e evitar ruídos/atitudes que contrariam o bom ambiente de trabalho. Nesta matéria, a indisciplina em contexto de sala de aula deve ser entendida como todos os comportamentos que colocam em causa um ambiente propiciador de aprendizagens, pelo que não devem ser tolerados.

No exercício da docência é preciso ter presente que a compreensão e desculpabilização dos alunos que apresentam atitudes que não se coadunam com o ambiente de sala de aulas, não só não permitem ultrapassar as motivações que estão subjacentes a esses comportamentos, como também põem em causa o sucesso educativo dos demais colegas.

3.3.1- Objetivo aglutinador: melhorar o desempenho dos docentes.

O objetivo aglutinador registado contribui claramente para a uma melhoria do desempenho dos alunos pelo que a partir do mesmo foram seleccionadas metas a integrar o Projeto Educativo 2018/2022.

3.3.1.1- Metas do objetivo aglutinador “melhorar o desempenho dos docentes”.

3.3.1.1.1- Melhorar as competências dos docentes na área da liderança em contexto de sala de aulas.

- Promover uma ação de formação certificada em liderança em contexto de sala de aulas.

3.3.1.1.2- Melhorar as competências dos docentes para a implementação da flexibilidade curricular.

- Promover uma ação de formação creditada sobre a temática da flexibilidade curricular.

3.3.1.1.3- Promover, aquando dos momentos de avaliação dos alunos, uma reflexão comparativa do desempenho obtido, por ano de escolaridade e disciplina, com os resultados registados no quadriénio anterior, tendo em vista a oportunidade de reequacionar o processo ensino aprendizagem.

- Comparação da percentagem de níveis negativos por disciplina com os registados no quadriénio anterior.
- Comparação do aproveitamento por ano de escolaridade / ciclo com os registados no quadriénio anterior.
- Comparação do número médio de negativas por aluno com os registados no quadriénio anterior.

3.4- O Pessoal Não Docente.

A escola, enquanto instituição com grande responsabilidade na sociedade em que vivemos, só terá o devido sucesso se todos os atores da educação funcionarem como uma equipa orientada para o objetivo comum de instruírem adequadamente as crianças e os jovens.

O pessoal não docente, enquanto parte integrante dessa equipa, desempenha um papel de relevo na prossecução dos objetivos da escola, não apenas no sentido de assegurar as condições para um bom ambiente de trabalho, mas também uma missão na formação dos alunos, nomeadamente ao nível da educação para a cidadania.

Neste contexto, urge valorizar o papel do pessoal não docente nos estabelecimentos de ensino, de modo a melhorar a sua autoestima e confiança, pois só desse modo poderão desenvolver a sua atividade na plenitude das suas incumbências. A este nível é sabido que o impacto das transformações socioeconómicas tem tornado mais difícil trabalhar com os alunos, sobretudo fora do contexto da sala de aulas, pelo que seria desejável proporcionar formação específica aos não docentes nas áreas da liderança, comunicação e gestão de conflitos, para que ganhem mais autoridade nas relações que desenvolvem no âmbito da sua atividade.

Neste grupo de pessoal, identifica-se como grande debilidade a gestão das relações interpessoais em contexto de trabalho, lacuna que tem dificultado a criação de um bom relacionamento entre colegas do mesmo grupo profissional, com repercussões bastante negativas na qualidade do seu desempenho e, sobretudo, ao nível do ambiente de trabalho. Ao nível formativo esta matéria constitui uma das prioridades que deverá ser atalhada de imediato.

3.4.1- Objetivo aglutinador: melhorar o desempenho do pessoal não docente.

- Este objetivo aglutinador é importante para melhorar e dignificar o desempenho do pessoal não docente e, conseqüentemente, o sucesso educativo dos alunos, pelo que a partir do mesmo foram seleccionadas as metas a integrar o Projeto Educativo 2018/2022.

3.4.1.1- Metas do objetivo aglutinador: “melhorar o desempenho do pessoal não docente”.

3.4.1.1.1- Melhorar as relações interpessoais do pessoal não docente.

- Realizar uma ação de formação na área das relações interpessoais.

3.4.1.1.2- Elucidar da importância do papel do pessoal não docente no sucesso educativo dos alunos.

- Realizar uma ação de formação relativa à importância do desempenho do pessoal não docente no sucesso educativo dos alunos.

4- Órgão de Gestão e Administração Escolar.

4.1- A Direção.

Embora perceptível ao longo deste documento de como deverá ser equacionado o desempenho da Direção da Escola, é importante deixar claro que, dada a responsabilidade que esta instituição tem na formação dos jovens e no futuro destes, esta tem de pautar a sua atuação pela defesa dos verdadeiros interesses dos alunos, pelo que os seus membros deverão desempenhar o seu cargo de forma ativa, empenhada, promovendo a responsabilidade e responsabilização de todos os membros da comunidade educativa na persecução do objetivo da promoção de uma educação de qualidade.

A administração escolar não se compadece com o porreirismo e laxismo, sob pena de não instruímos os alunos de forma conveniente e estes não estarem à altura dos desafios que se lhes colocarão enquanto indivíduos que se querem ativos e empreendedores.

Outro aspeto a ter presente na atuação da Direção da Escola advém da necessidade de ser implementada e observada a legislação em vigor, independentemente da opinião ou valor que os responsáveis tenham sobre as medidas preconizadas, sob pena de estarem a contribuir para a promoção da anarquia e o surgimento de discrepâncias nas oportunidades dadas aos alunos, assim como no desenvolvimento da atividade profissional de todos aqueles que trabalham neste estabelecimento de ensino.

A Escola, local onde acontece uma apreciável concentração de pessoas, muitas delas de tenra idade, com pouca experiência de vida e capacidade de decisão, importa dedicar uma atenção particular aos aspetos da prevenção e emergência escolar, nomeadamente para atender a hipotéticas situações de catástrofe naturais ou de origem humana. Nesta campo é importante agilizar anualmente o plano de emergência da escola, como forma de familiarizar e preparar a comunidade para os procedimentos previstos em situação de emergência.

Conscientes que os recursos físicos e humanos da Escola são limitados, algumas vezes aquém dos necessários, importa conhecê-los bem, por forma a afetá-los e ou reafectá-los racionalmente, potenciando-os e atendendo às necessidades formativas dos alunos.

O desempenho do cargo de Direção terá beber a opinião de todos os atores do processo educativo e ser suportado pelos Órgãos de Gestão Intermédia, em observância às regras democráticas que norteiam a gestão e administração escolar.

Difícilmente consegue-se administrar bem aquilo que não se conhece, pelo que importa agilizar estratégias de comunicação, para além dos legalmente instituídos e decorrentes das

competências dos Órgãos de Gestão Intermédia, mormente através da realização de reuniões periódicas com os alunos e ou seus representantes, professores, encarregados de educação e pessoal não docente.

4.1.1- Objetivo aglutinador: melhorar a qualidade do estabelecimento de ensino.

4.1.1.1- Metas do objetivo aglutinador “melhorar a qualidade do estabelecimento de ensino”.

4.1.1.1- Garantir, a nível pedagógico, o cumprimento da legislação em vigor, o Regulamento Interno da Escola e as deliberações dos órgãos de gestão intermédia.

- Analisar as atas dos órgãos de gestão intermédia por forma a aferir o cumprimento da legislação em vigor, do Regulamento Interno da Escola e das deliberações dos órgãos de gestão intermédia.

- Responsabilizar os líderes dos órgãos de gestão intermédia pelo incumprimento de matérias da competência dos respetivos órgãos, no respeitante á legislação, ao Regulamento Interno da Escola e às deliberações tomadas em sede de reuniões.

4.1.1.1.2- Refletir na administração da escola a opinião de todos os atores do processo educativo, nomeadamente dos diferentes órgãos de gestão intermédia, alunos, docentes e não docentes.

- Realizar reuniões com os representantes dos alunos, onde num dos pontos da ordem de trabalhos conste a apresentação de sugestões para a melhoria do desempenho da escola.

- Realizar reuniões gerais com o pessoal docente, por ano letivo, onde num dos pontos da ordem de trabalhos conste a apresentação de sugestões para a melhoria do desempenho da escola.

- Realizar reuniões gerais com o pessoal não docente, por ano letivo, onde num dos pontos da ordem de trabalhos conste a apresentação de sugestões para a melhoria do desempenho da escola.

- Equacionar a oportunidade da implementação das sugestões transmitidas e responder a todas por escrito.

4.1.1.1.3- Promover uma gestão eficaz e transparente dos recursos humanos.

- A Direção da Escola superintende a elaboração dos horários do pessoal docente, tendo como fio condutor os interesses e necessidades dos alunos.

- A Direção da Escola superintende a elaboração dos horários do pessoal não docente, tendo como fio condutor os interesses e necessidades dos alunos.

- A Direção da Escola faz a distribuição do trabalho não docente compatibilizando as competências demonstradas por forma a maximizar o seu desempenho individual.

4.1.1.1.4- Promover uma gestão eficaz dos recursos físicos e materiais.

- A Direção da Escola promove a afetação dos espaços escolares visando o melhor aproveitamento dos mesmos e a propiciar ambientes estimulantes à aprendizagem.

4.1.1.1.5- Promover a escola no exterior.

- Divulgar e dar a conhecer à comunidade os resultados das aprendizagens obtidos nas diversas disciplinas/anos de escolaridade, tendo em vista a valorização da escola.

- Divulgar a oferta educativa à comunidade tendo em vista a valorização do papel da escola.

4.1.1.1.6- Garantir a boa funcionalidade do Plano de Prevenção e Emergência da Escola.

- Promover simulacros/exercício na escola.
- Desenvolver o Projeto de Educação Para a Segurança e Prevenção de Riscos com os alunos da Pré-Escolar e do Ensino Básico.
- Promover uma ação ao pessoal não docente sobre o manuseamento de extintores.

4.1.1.1.7- Promover a construção e regulação conjunta do Projeto Educativo da Escola.

- Proceder a uma avaliação anual sobre a implementação do Projeto Educativo da Escola, no sentido de identificar e analisar as potencialidades e os constrangimentos.
- Desencadear o processo de diagnóstico sobre as potencialidades e constrangimentos do Projeto Educativo implementado na escola e sobre os aspetos a serem equacionados no Projeto Educativo a implementar no próximo mandato.

4.2- Órgãos de Gestão Intermédia.

Os Órgãos de Gestão Intermédia são imprescindíveis a uma boa gestão da escola e devem constituir-se verdadeiros parceiros da Direção no prosseguimento do objetivo comum da instrução dos alunos.

A parceria Direção/Órgãos de Gestão Intermédia só terá sucesso se for desenvolvida com lealdade, ao nível do relacionamento interpessoal dos seus membros, com respeito pela diferença de opinião, mas também no âmbito da implementação das decisões legalmente tomadas, independente da posição individual de cada um.

A lealdade dos Órgãos de Gestão Intermédia, para além de acontecer entre o grupo de pares, terá de acontecer para com os alunos, no sentido de não exercerem as suas funções em subserviência a quaisquer interesses ou valores, a não ser aqueles que norteiam o objeto da instituição escola, pois só assim estarão a prestar um bom serviço aos discentes. Para este desiderato, é imprescindível que os seus membros desempenhem as suas funções com sentido de responsabilidade e responsabilização dos demais participantes no processo educativo.

4.2.1- Objetivo aglutinador: promover uma lecionação em observância à legislação vigente.

4.2.1.1- Metas do objetivo aglutinador “promover uma lecionação em observância à legislação vigente”.

4.2.1.1.1- Garantir, a nível pedagógico, o cumprimento da legislação em vigor, o Regulamento Interno da Escola e as deliberações dos órgãos de gestão intermédia.

- Registrar nas atas dos órgãos de gestão intermédia a implementação dos diferentes aspetos de natureza pedagógica preconizados pela legislação em vigor, pelo Regulamento Interno da Escola e pelas deliberações dos órgãos de gestão intermédia.

- Identificar as situações de incumprimento da legislação em vigor, do Regulamento Interno da Escola e das deliberações dos órgãos de gestão intermédia e promover a sua retificação.

IV – TABELA COM OS OBJETIVOS / METAS / INDICADORES / MEIO DE VERIFICAÇÃO, PARA O QUADRIÊNIO 2018/2022

OBJETIVOS	METAS	INDICADOR	MEIO DE VERIFICAÇÃO
1. Melhorar as competências turísticas do município de Porto Moniz.	1.1- Melhorar o Conhecimento e compreensão das questões ambientais com maiores impactes no município do Porto Moniz.	1.1.1- Conhecer melhor o ecossistema Floresta Laurissilva. 1.1.2- Conhecer melhor as fragilidades de sustentabilidade ambiental nos ecossistemas terrestres e marinhos do concelho de Porto Moniz.	Atas dos grupos disciplinares / Conselho de Coordenação do 1.º ciclo, Pré-escolar e Creche / CAEC
	1.2- Compreender a importância da agricultura na qualidade do turismo do Porto Moniz.	1.2.1- Perceber o papel da agricultura na qualidade da gastronomia do Porto Moniz. 1.2.2- Compreender a importância na agricultura na manutenção da paisagem que caracteriza o município do Porto Moniz.	Atas dos grupos disciplinares / Conselho de Coordenação do 1.º ciclo, Pré-escolar e Creche / CAEC
	1.3- Aprofundar o conhecimento e compreensão das potencialidades turísticas do município de Porto Moniz e promover o empreendedorismo nos alunos.	1.3.1- Identificar e conhecer os aspetos naturais e humanizados que constituem mais-valias para a identidade do destino Porto Moniz. 1.3.2- Identificar e debater nichos de mercado com maiores potencialidades para a afirmação da identidade do destino Porto Moniz: Biogeografia do ecossistema Laurissilva; Passeios a pé no âmbito da Floresta Laurissilva; Canyoning; Observação de Aves; Ultra-Trail; BTT; Pesca Desportiva; Passeios de mar ao longo da costa; Mergulho; Surf; Turismo de habitação; Agroturismo; Arraiais religiosos; Gastronomia, Geologia / acidentes geológicos. 1.3.3- Compreender a implementação dos nichos de mercado identificados como oportunidades de negócio e emprego. 1.3.4- Identificar e debater estratégias a seguir no desenvolvimento do turismo no município de Porto Moniz: . Enquadrado no todo Região Autónoma da Madeira? . No âmbito da “Costa da Laurissilva”?	Atas dos grupos disciplinares / Conselho de Coordenação do 1.º ciclo, Pré-escolar e Creche / CAEC

	1.4- Melhorar o acolhimento dos turistas no município de Porto Moniz.	<p>1.4.1- Sensibilizar os alunos para a forma de como as pessoas se relacionam com os turistas constituir um dos fatores que melhor influencia a qualidade turística de um local.</p> <p>1.4.2- Sensibilizar a Secretaria Regional de Educação para, no quadro da autonomia das escolas, criar-se uma disciplina não curricular que trate a temática do turismo na Região Autónoma da Madeira e do concelho de Porto Moniz em particular.</p>	Atas dos grupos disciplinares / Conselho de Coordenação do 1.º ciclo, Pré-escolar e Creche / CAEC
2. Promover uma educação inclusiva de acordo com as apetências educativas e formativas de cada aluno.	2.1- Garantir a oferta curricular do ensino secundária nas áreas das “ciências” e das “línguas” visto serem aquelas que, embora não específicas, darão melhor formação base às exigências que se colocam a este município, não descurando a possibilidade/ oportunidade da oferta do Curso Científico Humanístico de Ciências Socioeconómicas.	<p>2.1.1- Abertura do Curso Científico Humanístico de Ciências e Tecnologias.</p> <p>2.1.2- Abertura do Curso Científico Humanístico de Línguas e Humanidades.</p> <p>2.1.3- Equacionar a oportunidade da oferta do Curso Científico Humanístico de Ciências Socioeconómicas.</p>	N.º de cursos lecionados por ano letivo
	2.2- Promover o cumprimento dos programas curriculares.	<p>2.2.1- Cumprir a planificação estabelecida em cada período letivo, por forma a não agravar a sobrecarga do final do ano letivo.</p> <p>2.2.2- Garantir que as atividades não curriculares não ocorram em detrimento das curriculares.</p>	Atas de grupo Disciplinar /Departamento / CAEC/Conselho de Coordenação do 1.º ciclo, Pré-escolar e Creche
	2.3- Melhorar a objetividade na identificação dos alunos alvo do ensino especial.	<p>2.3.1- Os relatórios da técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, relativos à identificação dos alunos alvo da educação especial têm de expressar se o aluno deverá ser, ou não, alvo de educação especial.</p> <p>2.3.2- Os relatórios da técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, relativos aos alunos identificados para serem</p>	Através do Programa Educativo Individual

		alvo da educação especial, têm de expressar se o aluno deverá ser, ou não, implementação das medidas adicionais previstas no artigo 10.º do Decreto Legislativo 54/2018.	
	2.4- Melhorar a adequação dos programas educativos individuais.	2.4.1-Promover a inclusão social e independência dos alunos, de acordo com as potencialidades e apetência de cada um.	Através do Programa Educativo Individual
3. melhorar o sucesso educativo a todos os alunos.	3.1- Promover a motivação e o empreendedorismo nos alunos.	3.1.1- Contextualizar, sempre que possível, os conteúdos curriculares. 3.1.2- Oferecer “experiências profissionais” aos alunos. 3.1.3- Apoiar os “alunos caso” com recurso à técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional. 3.1.4- Oferecer atividades extracurriculares promotoras da motivação dos alunos para com os interesses escolares.	Planificações das disciplinas Ata do CAEC Relatório da Psicólogo Ata CAEC/ Atas Grupos Disciplinares / Conselho de Coordenação do 1.º ciclo, Pré-escolar Creche
	3.2- Garantir ambientes favoráveis ao desenvolvimento da atividade pedagógica.	3.2.1- Estabelecer no início do ano letivo regras de funcionamento da disciplina. 3.2.2- Fazer cumprir escrupulosamente as regras estabelecidas, numa perspectiva de que, tudo o que põe em causa o ambiente favorável ao bom desenvolvimento das aprendizagens é, em termos pedagógico e do sucesso educativo, indisciplina.	Atas de Conselho de Turma/ Conselho de Docentes / Conselho de Coordenação do 1.º ciclo, Pré-escolar e Creche
	3.3- Promover o sucesso educativo dos alunos, enquanto universo heterogéneo e multifacetado.	3.3.1- Construir os Planos de Acompanhamento Pedagógico aos alunos sinalizados como em risco de retenção desde a avaliação intercalar do 1.º período, de forma objetiva, observando as dificuldades demonstradas, os recursos disponíveis e responsabilizando os pais e alunos nesse processo. 3.3.2- Reservar o apoio pedagógico acrescido aos alunos que denotam dificuldades ou ritmos mais lentos de aprendizagem. 3.3.3- Constituir as turmas de acordo com os ritmos de aprendizagem dos alunos.	Através dos PAP Propostas dos Apoios Relação da Turma

<p>3.4- Melhorar o empenho e desempenho dos alunos na prossecução do sucesso educativo.</p>	<p>3.4.1- Manter na avaliação não formal itens que promovam nos alunos a assiduidade e pontualidade, a feitura dos trabalhos de casa e serem portadores do material escolar.</p> <p>3.4.2- Agendar os momentos da aplicação dos instrumentos de avaliação ao longo dos períodos, intervalados com pelo menos um dia.</p> <p>3.4.3- Agendar regularmente trabalhos/tarefas “para casa” que permitam a aplicação e consolidação da matéria dada.</p> <p>3.4.4- Agendar no horário dos alunos “salas de estudo”.</p> <p>3.4.5- Distinguir os alunos com melhor desempenho, através da atribuição de prémios de mérito e da criação de um quadro de honra da Escola.</p>	<p>Critérios de avaliação aprovados em Conselho Pedagógico</p> <p>Mapas dos testes por turma</p> <p>Mapa do Agendamento dos TDC</p> <p>Horários dos Alunos</p> <p>Pautas de avaliação /Ata de CAEC</p>
<p>3.5- Promover a orientação escolar dos alunos.</p>	<p>3.5.1- Realizar sessões de orientação escolar com todos os alunos do Pré-Escolar, 4.º e 9.º anos de escolaridade.</p> <p>3.5.2- Realizar sessões de orientação escolar aos alunos do 10.º ao 12.º ano de escolaridades.</p>	<p>Atas da Direção / relatório da psicóloga / ata do CAEC</p>
<p>3.6- Estimular a participação dos alunos na gestão da Escola.</p>	<p>3.6.1- Realizar a eleição dos alunos Delegados e Subdelegados de Turma.</p> <p>3.6.2- Promover a eleição dos representantes dos alunos ao Conselho da Comunidade Educativa.</p> <p>3.6.3- Realizar, por período letivo, uma reunião entre os Representantes dos Alunos e a Direção da Escola.</p>	<p>Atas de Eleição</p> <p>Atas da Direção / folha de presença.</p>
<p>3.7- Dotar os pais e encarregados de educação com recursos/meios de acompanhamento da vida escolar, assim como de estratégias de operacionalização dos mesmos.</p>	<p>3.7.1- Fornecer aos pais e encarregados de educação o mapa de agendamento dos momentos de avaliação (fichas e outros) e elucidá-los sobre a operacionalização e valências deste documento.</p> <p>3.7.2- Exigir aos encarregados de educação a assinatura dos instrumentos de avaliação após a sua correção e avaliação (fichas e outros).</p>	<p>Verificação através do DT / Professor Titular</p> <p>Docentes / Professor Titular.</p>

	3.8- Melhorar a comunicação entre os encarregados de educação e a Escola.	<p>3.8.1- Remeter ao encarregado de educação, via caderneta do aluno, toda a informação relevante.</p> <p>3.8.2- Contactar o encarregado de educação via telefone aquando de situações mais emergentes.</p> <p>3.8.3- Valorizar a vinda dos encarregados de educação ao atendimento com Diretor de Turma / Professor Titular, nomeadamente ao nível da qualidade e quantidade de informações prestadas sobre o percurso escolar dos seus educandos.</p>	<p>Caderneta do aluno</p> <p>Sumários dos contactos com os EE.</p>
	3.9- Garantir uma redução da componente letiva mais adequada aos professores Diretores de Turma.	3.9.1- Com base no crédito de horas da Escola, prever no Regulamento Interno a possibilidade do aumento de mais um tempo de 45 minutos a redução prevista para o desempenho do cargo de Diretor de Turma nas turmas identificadas como “problemáticas”.	Regulamento Interno da Escola
4. promover a melhoria do acompanhamento da educação escolar por parte dos pais e encarregados de educação.	4.1- Melhorar a sensibilidade dos pais e encarregados de educação para a importância da sua participação na vida escolar dos seus educandos.	<p>4.1.1- Realizar, no início do ano letivo, uma reunião entre a Direção da Escola e os Pais e Encarregados de Educação de forma a promover a sensibilidade para a importância que têm no sucesso educativo dos alunos.</p> <p>4.1.2- Convidar os encarregados de educação para tomarem parte nas festas de encerramento de período letivo.</p>	<p>Ata da Direção / Folha de presenças</p> <p>Assinaturas no livro de honra</p>
	4.2- Melhorar o acompanhamento do percurso educativo dos alunos por parte dos pais.	<p>4.2.1- Elucidar os pais e encarregados de educação sobre as valências e estratégias de operacionalização do mapa de agendamento das fichas de avaliação, enquanto instrumento de acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos.</p> <p>4.2.2- Solicitar aos encarregados de educação a assinatura dos instrumentos de avaliação após a sua correção e avaliação (fichas e outros).</p>	<p>Ata da Direção / Folha de presenças</p> <p>Docentes / Professor Titular.</p>
	4.3- Melhorar a comunicação entre os encarregados de educação e a Escola.	<p>4.3.1- Sensibilizar os encarregados de educação para a necessidade de verificarem diariamente a existência de informações na caderneta do aluno, relativas à vida escolar do seu educando.</p> <p>4.3.2- Sensibilizar os encarregados de educação para a importância da sua vinda ao encontro semanal com o Diretor de Turma / Professor Titular de Turma.</p>	Ata da Direção / Folha de presenças

	4.4- Melhorar as competências dos pais e encarregados de educação para participarem nas tomadas de decisão sobre os percursos escolares a seguir pelos seus educandos, nomeadamente ao nível do ensino secundário, do ensino superior e dos “percursos alternativos”.	4.4.1- Agendar sessões de elucidação sobre os percursos escolares, nomeadamente no 9.º ano de escolaridade e 12.º ano, destinados a alunos, pais e encarregados de educação. 4.4.2- Agendar sessões de elucidação sobre os “percursos escolares alternativos” sempre que a escola os oferecer.	Ata da Direção / Folha de presenças
5. Melhorar o desempenho dos docentes.	5.1- Melhorar as competências dos docentes na área da liderança em contexto de sala de aulas.	5.1.1- Promover uma ação de formação certificada em liderança em contexto de sala de aulas.	Dossier da estrutura de formação da escola
	5.2- Melhorar as competências dos docentes para a implementação da flexibilidade curricular.	5.2.1- Promover uma ação de formação creditada sobre a temática da flexibilidade curricular.	Dossier da estrutura de formação da escola
	5.3-Promover, aquando dos momentos de avaliação dos alunos, uma reflexão comparativa do desempenho obtido, por ano de escolaridade e disciplina, com os resultados registados no quadriénio anterior, tendo em vista a oportunidade de reequacionar o processo ensino aprendizagem.	5.3.1- Comparação da percentagem de níveis negativos por disciplina com os registados no quadriénio anterior. 5.3.2- Comparação do aproveitamento por ano de escolaridade / ciclo com os registados no quadriénio anterior. 5.3.3- Comparação do número médio de negativas por aluno com os registados no quadriénio anterior.	Ata de grupo disciplinar / conselho de Docentes / departamento Curricular / Coordenação de ciclo / Conselho de Coordenação do 1.º ciclo, Pré-escolar e Creche / Conselho Pedagógico / Direção.

6. Melhorar o desempenho do pessoal não docente.	6.1- Melhorar as relações interpessoais do pessoal não docente.	6.1.1- Realizar uma ação de formação na área das relações interpessoais.	Dossier da estrutura de formação da escola
	6.2- Elucidar da importância do papel do pessoal não docente no sucesso educativo dos alunos.	6.2.1- Realizar uma ação de formação relativa à importância do desempenho do pessoal não docente no sucesso educativo dos alunos.	Dossier da estrutura de formação da escola
7. Melhorar a qualidade do estabelecimento de ensino	7.1- Garantir, a nível pedagógico, o cumprimento da legislação em vigor, o Regulamento Interno da Escola e as deliberações dos órgãos de gestão intermédia	7.1.1- Analisar as atas dos órgãos de gestão intermédia por forma a aferir o cumprimento da legislação em vigor, do Regulamento Interno da Escola e das deliberações dos órgãos de gestão intermédia. 7.1.2- Responsabilizar os líderes dos órgãos de gestão intermédia pelo incumprimento de matérias da competência dos respetivos órgãos, no respeitante à legislação, ao Regulamento Interno da Escola e às deliberações tomadas em sede de reuniões.	Atas dos órgãos de gestão intermédia / Direção
	7.2- Refletir na administração da escola a opinião de todos os atores do processo educativo, nomeadamente dos diferentes órgãos de gestão intermédia, alunos, docentes e não docentes	7.2.1- Realizar reuniões com os representantes dos alunos, onde num dos pontos da ordem de trabalhos conste a apresentação de sugestões para a melhoria do desempenho da escola. 7.2.2- Realizar reuniões gerais com o pessoal docente, por ano letivo, onde num dos pontos da ordem de trabalhos conste a apresentação de sugestões para a melhoria do desempenho da escola. 7.2.3- Realizar reuniões gerais com o pessoal não docente, por ano letivo, onde num dos pontos da ordem de trabalhos conste a apresentação de sugestões para a melhoria do desempenho da escola. 7.2.4- Equacionar a oportunidade da implementação das sugestões transmitidas e responder a todas por escrito.	Atas da Direção / Folhas de presença
	7.3- Promover uma gestão eficaz e transparente dos recursos humanos.	7.3.1- A Direção da Escola superintende a elaboração dos horários do pessoal docente, tendo como fio condutor os interesses e necessidades dos alunos. 7.3.2- A Direção da Escola superintende a elaboração dos horários do pessoal não docente, tendo como fio condutor os interesses e necessidades dos alunos.	Atas da Direção / horários semanais

		7.3.3- A Direção da Escola faz a distribuição do trabalho não docente compatibilizando as competências demonstradas por forma a maximizar o seu desempenho individual.	
	7.4- Promover uma gestão eficaz dos recursos físicos e materiais.	7.4.1- A Direção da Escola promove a afetação dos espaços escolares visando o melhor aproveitamento dos mesmos e a propiciar ambientes estimulantes à aprendizagem.	Atas da Direção / horários semanais
	7.5- Promover a escola no exterior.	7.5.1- Divulgar e dar a conhecer à comunidade os resultados das aprendizagens obtidos nas diversas disciplinas/anos de escolaridade, tendo em vista a valorização da escola. 7.5.2- Divulgar a oferta educativa à comunidade tendo em vista a valorização do papel da escola.	Página da internet da escola
	7.6- Garantir a boa funcionalidade do Plano de Prevenção e Emergência da Escola.	7.6.1- Promover simulacros / exercício na escola. 7.6.2- Desenvolver o Projeto de Educação Para a Segurança e Prevenção de Riscos com os alunos da Pré-Escolar e do Ensino Básico. 7.6.3- Promover uma ação ao pessoal não docente sobre o manuseamento de extintores.	Relatório do plano de atividades; Sumários do projeto Dossier estrutura de formação
	7.7- Promover a construção e regulação conjunta do Projeto Educativo da Escola.	7.7.1- Proceder a uma avaliação anual sobre a implementação do Projeto Educativo da Escola, no sentido de identificar e analisar as potencialidades e os constrangimentos. 7.7.2- Desencadear o processo de diagnóstico sobre as potencialidades e constrangimentos do Projeto Educativo implementado na escola e sobre os aspetos a serem equacionados no Projeto Educativo a implementar no próximo mandato.	Relatório Anual do Plano Anual de Escola Relatório Final do Projeto Educativo 2018/2022
8. Promover uma lecionação em observância à legislação vigente.	8.1- Garantir, a nível pedagógico, o cumprimento da legislação em vigor, o Regulamento Interno da Escola e as deliberações dos órgãos de gestão intermédia.	8.1.1- Registrar nas atas dos órgãos de gestão intermédia a implementação dos diferentes aspetos de natureza pedagógica preconizados pela legislação em vigor, pelo Regulamento Interno da Escola e pelas deliberações dos órgãos de gestão intermédia. 8.1.2- Identificar as situações de incumprimento da legislação em vigor, do Regulamento Interno da Escola e das deliberações dos órgãos de gestão intermédia e promover a sua retificação.	Atas dos órgãos de gestão intermédia; Regulamento Interno da escola

Porto Moniz, 22 de novembro de 2018

A Direção

Parecer positivo no Conselho Pedagógico de 26 de novembro de 2018

O Presidente do Conselho Pedagógico

Aprovado no Conselho da Comunidade educativa de 5 de dezembro de 2018

A Presidente da Comunidade Educativa
